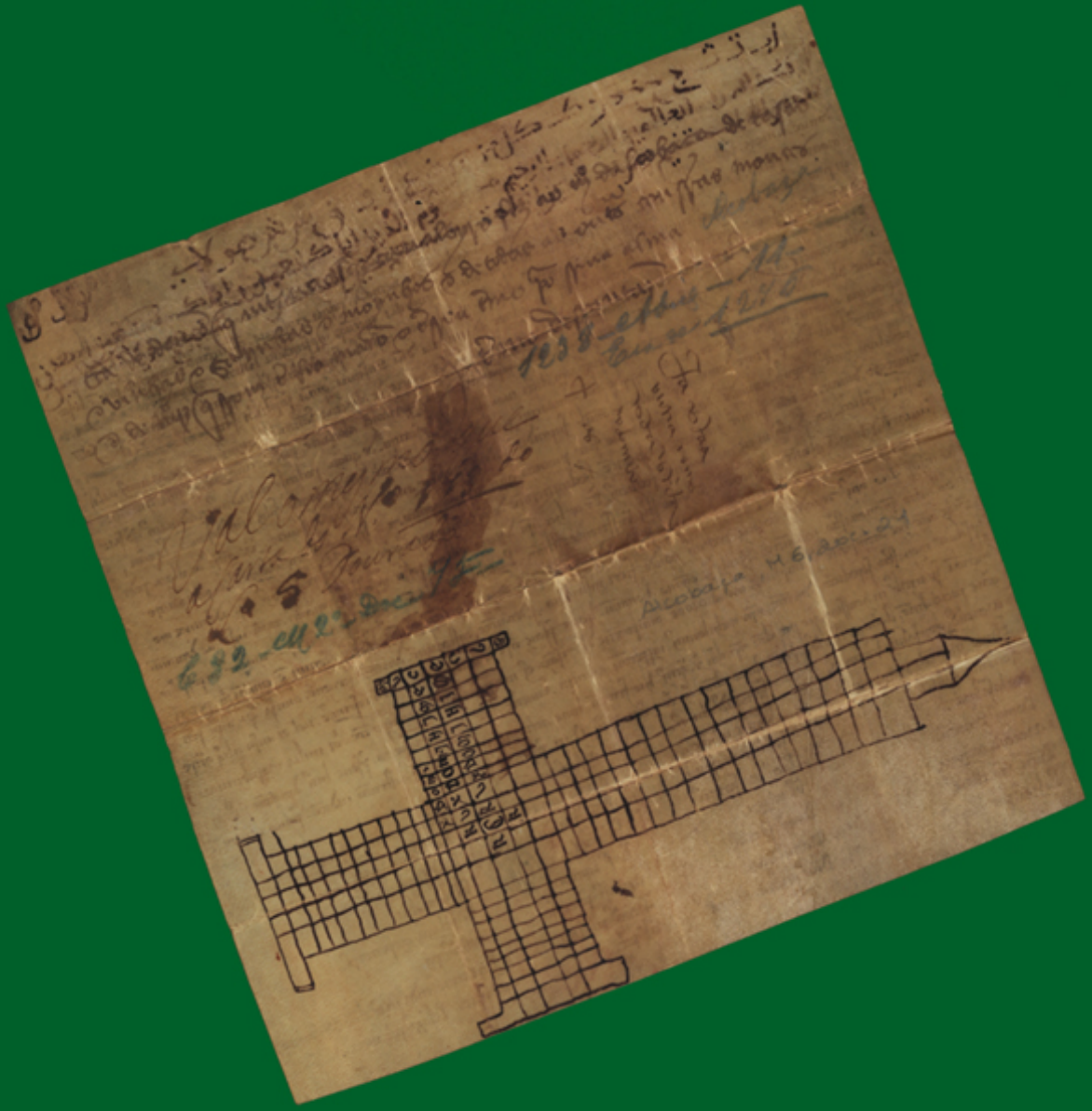




FRAGMENTA HISTORICA

1

REVISTA DO CENTRO DE ESTUDOS HISTÓRICOS DA UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA





SUMÁRIO

Imagem da capa : A Cruz de São Tomás de Aquino – um amuleto protector do século XIII, João Alves Dias, p. 5

ESTUDOS

A chancelaria régia de D. Dinis: breves observações diplomáticas, Saul António Gomes, p. 9

O padroado régio na diocese de Lisboa durante a Idade Média: uma instituição *in diminuendo*, Mário Farelo, p. 39

Um Fragmento da Casa dos Contos e o seu Contributo para a História Monetária, António Castro Henriques, p. 109

Afonso de Albuquerque e a primeira expedição Portuguesa ao Mar Vermelho (1513), Roger Lee de Jesus, p. 121

MONUMENTA HISTORICA

Nota introdutória

Regimento e ordenança da vila de Santarém (1479), transcrição de José Jorge Gonçalves, p. 145

Estimativa das receitas e despesas anuais do Reino e Índia (c. 1525-1526), transcrição de Pedro Pinto, p. 153

Folha de receita e despesa do Reino para 1543, transcrição de Pedro Pinto, p. 161

Folha de receita e despesa do Reino para 1557, transcrição de Pedro Pinto, p. 165

Folha de receita e despesa do Reino para 1563, transcrição de Pedro Pinto, p. 169

ÍNDICES

Índice cronológico dos documentos publicados neste número, p. 174

Índice antroponímico e toponímico deste número, p. 175

FICHA TÉCNICA

Título

Fragmenta Historica – História, Paleografia e Diplomática

ISSN

1647-6344

Editor

Centro de Estudos Históricos
(financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia)

Director

João José Alves Dias

Conselho Editorial

João Costa (CEH-UNL; IEM – FCSH/Nova)
José Jorge Gonçalves (CEH-UNL; CHAM – FCSH/NOVA-UAc)
Pedro Pinto (CEH-UNL; CHAM – FCSH/NOVA-UAc)

Conselho Científico

Fernando Augusto de Figueiredo (CEH-UNL; CHAM – FCSH/NOVA-UAc)
Gerhard Sailler (Diplomatische Akademie Wien)
Helga Maria Jüsten (CEH-UNL)
Helmut Siepmann (U. Köln)
Iria Vicente Gonçalves (CEH-UNL; IEM – FCSH/Nova)
João José Alves Dias (CEH-UNL; CHAM – FCSH/NOVA-UAc)
João Paulo Oliveira e Costa (CHAM – FCSH/NOVA-UAc)
Jorge Pereira de Sampaio (CEH-UNL; CHAM – FCSH/NOVA-UAc)
José Jorge Gonçalves (CEH-UNL; CHAM – FCSH/NOVA-UAc)
Julián Martín Abad (Biblioteca Nacional de España)
Maria Ângela Godinho Vieira Rocha Beirante (CEH-UNL)
Maria de Fátima Mendes Vieira Botão Salvador (CEH-UNL; IEM – FCSH/Nova)

Paginação

João Carlos Oliveira (CEH-UNL; CML)

Índices

João Costa e Pedro Pinto

Imagem de capa

Carmen figuratum: Cruz amuleto de São Tomás de Aquino (Esquema de Construção), *Scriptorium* de Santa Maria de Alcobaça, séc. XIII.

Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça, documentos particulares, maço 6, documento 1 verso (PT/TT/MSMALC/1DP06/0001)

Imagem cedida pelo ANTT

EDITORIAL

Uma nova Revista se apresenta. Talvez se escute, de imediato, uma ou outra voz a dizer: mais uma! Sim, é mais uma! E esperemos que as parcas não estejam prontas para cortar o "fio da sua vida" nos tempos imediatos. Esperemos que consiga singrar.

Fragmenta Historica, porque o que temos são sempre fragmentos de uma história. A História que se escreve não é a que se viveu. É a História que cada um consegue perscrutar no conjunto das informações que colheu. É sempre a subjetividade de cada investigador, por mais objetivo que ele procure ser, que está presente. Só os documentos, sem interpretações, podem ser encarados como *Monumenta Historica* (mas, por vezes, mesmo esses podem constituir enganos).

O Centro de Estudos Históricos, sediado na Universidade Nova de Lisboa (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas), ao longo das suas três décadas de existência, tem conjugado a maioria dos seus esforços na publicação de fontes. Desde cedo, alguns dos seus investigadores desejaram ter uma revista. Entenderam os seus diretores que as sinergias (e esforços financeiros) deveriam ser canalizadas, na sua maioria, para a produção dos *Monumenta Historica*. O apelo do sangue mais jovem, que continua a fazer sentir a falta de uma Revista que tenha como alicerce a *Monumenta Historica*, e os meios hodiernos mais económicos (e rápidos) permitem que se ensaie esta publicação de estudos fragmentários da História. Mas a sua base é (e procuraremos que seja sempre a constante do futuro) o documento: puro, duro, sólido e concreto.

Quanto à colaboração, está aberta a todos, como se prova com este primeiro número. Não se privilegiaram os investigadores do Centro de Estudos Históricos. Atraíram-se antes investigadores de outros areópagos que, tal como os investigadores do CEH, querem ter uma história que tente ser o menos fragmentária possível.

A sua periodicidade será anual. No fim de cada ano os artigos rececionados serão publicados no sítio eletrónico. Todos os artigos serão sujeitos a arbitragem científica externa - *peer review*. Agradece-se a todos os revisores e a todos os colaboradores. O *corpus* desses *árbitros científicos* só será divulgado a partir do quarto ano de publicação, a fim de garantir a confidencialidade da mesma arbitragem.

João Alves Dias

IMAGEM DA CAPA

A Cruz de São Tomás de Aquino – um amuleto protetor do século XIII

João Alves Dias

No verso de um documento¹ de doação de umas propriedades (casas, vinhas, moinhos e outros bens de raiz), feito a 11 de abril de 1238, pelo cavaleiro Martim Vasques e sua mulher, ao mosteiro de Alcobaça, encontra-se desenhado um amuleto figurativo – uma cruz composta por 276 quadrados –, preparado para a inscrição dos quatro versos protetores, inscrição essa que ficou apenas esboçada.

O diagrama, quando completo, seria composto por 276 letras que esconderiam um poema figurativo (*carmen figuratum*): CRUX DOMINI MECUM / CRUX EST QUAM SEMPER ADORO / CRUX MIHI REFUGIUM / CRUX MIHI CERTA SALUS – a cruz do senhor acompanha-me; a cruz que eu sempre adoro; a cruz é o meu refúgio; a cruz é a minha salvação segura. A leitura começa sempre a partir do centro do diagrama, onde se encontra a palavra «CRUX», avançando no sentido de cada um dos quatro pontos cardiais.

Embora a oração poética e o diagrama sejam anteriores, a sua difusão generalizou-se como amuleto, a partir do século XIII. Reza a história que esta “poesia mágica” protege o ser humano das tentações da mesma forma que protegeu São Tomás de Aquino no momento em que os seus irmãos introduziram uma mulher nos seus aposentos.

Apresentamos o esquema na sua forma completa, inscrevendo a vermelho as letras em falta.

¹ Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça, documentos particulares, maço 6, documento 1 (PT/TT/MSMALC/1DP06/0001).

A CHANCELARIA RÉGIA DE D. DINIS: BREVES OBSERVAÇÕES DIPLOMÁTICAS²

Saul António Gomes

Faculdade de Letras – Universidade de Coimbra

Resumo

Neste artigo, o autor propõe-se refletir sobre a chancelaria do rei D. Dinis apresentando novas perspetivas para o seu entendimento do ponto de vista diplomático, ao mesmo tempo que valoriza, dá notícia e publica um conjunto de documentação, pouco divulgada, que permite reavaliar a dimensão e o significado históricos da produção documental dionisina.

Palavras-chave

D. Dinis, chancelaria régia, Portugal, Idade Média, Diplomática medieval.

Abstract

In this article, the author focuses on the chancellery of king D. Dinis presenting new ideas for its diplomatist understanding, and, simultaneously, values, announces and publishes a set of documentation, little divulged, that allows for a reappraising of the historical dimension and the meaning of the documentary production from this king.

Keywords

D. Dinis, royal chancellery, Portugal, Middle Ages, Medieval diplomatics.

Artigo recebido em: 09.02.2013 | Artigo aceite para publicação em: 13.09.2013

© *Fragmenta Historica* 1 (2013), 9-38. Reservados todos os direitos. ISSN 1647-6344

² O autor escreve segundo as normas do Novo Acordo Ortográfico.

Na longa história do documento, em território português³, cumpre evidenciar que, desde o último terço de Duzentos, se multiplicaram os indicadores que permitem reconhecer o salto quantitativo que as práticas escriturísticas legislativas, administrativas, judiciais e fiscais, públicas como privadas, então, conheceram. Estruturada a rede de notários públicos e privados⁴, enraizadas as chancelarias de

instituições eclesiásticas⁵ e municipais⁶, dominava, sobre esse complexo e rico universo de produção diplomática e do exercício da burocracia⁷, a chancelaria da

³ Vd. Maria José Azevedo Santos, *Da visigótica à carolina. A escrita em Portugal de 882 a 1172. (Aspectos técnicos e culturais)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian – JNIC, 1994; António Joaquim Ribeiro Guerra, *Os Diplomas Privados em Portugal dos Séculos IX a XII. Gestos e atitudes de rotina dos seus autores materiais*, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2003.

⁴ Maria José Azevedo Santos, “A Evolução da Língua e da Escrita”, in *Portugal em Definição de Fronteiras. Do Condado Portucalense à Crise do Século XIV*, coord. Maria Helena da Cruz Coelho e Armando Luís de Carvalho Homem, Vol. III de *Nova História de Portugal*, dir. Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, Lisboa, Editorial Presença, 1996, pp. 604-634; Maria Cristina Almeida e Cunha, “Tabeliães bracarense no século XIII”, in *IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga: Congresso internacional. Actas*, 1990, vol. II/1, pp. 249-265; Bernardo de Sá Nogueira, *Lourenço Eanes, tabelião de Lisboa (1301-1332). Reconstituição e análise do seu cartório*, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1988; Idem, *Tabelionato e instrumento público em Portugal. Génesis e implantação (1212-1279)*, Lisboa, INCM, 2008; Idem, “Tabelionato e elites urbanas no Portugal ducentista (1212-1279)”, in *Elites e Redes Clientelares na Idade Média: problemas Metodológicos*, Évora, 2000, pp. 211-220; Idem, “Exercício do ofício tabeliônico por clérigos no Portugal ducentista – problemas de acumulação e incompatibilidades”, in *Lusitania Sacra*, nova série, t. 13-14, 2001-2002, pp. 467-476; Saul A. Gomes, “O notariado medieval português. Algumas notas de investigação”, in *Humanitas*, LII, 2000, pp. 467-476; Idem, “Percepções em torno da história do tabelionato medieval português”, in *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, 5, 2005, pp. 81-100; Maria José Azevedo Santos, *Alguns aspectos do tabelionato de Coimbra (Séculos XIV-XV)*, separata de *Arquivo Coimbrão*, Vols. XXXIII-XXXIV, 1990-1992; Maria Helena da Cruz Coelho, “Os tabeliães em Portugal: perfil profissional e sócio-económico (séculos XIV e XV)”, in *Historia. Instituciones. Documentos*, 23, 1996, pp. 173-211 [Reeditado em *Estudos de Diplomática Portuguesa*, Lisboa, Colibri e Faculdade de Letras de Coimbra, 2000, pp. 93-104]; João Paulo Oliveira Fresco, *O tabelião lisboeta Afonso Guterres: reconstituição e análise diplomática da sua actividade de escrituração (1400-1441)*, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2006; Maria Leonor Dias Antunes Barata Garcia, *O tabelionato escalabitano na transição do século XIV para*

o século XV: estudo diplomático, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2011.

⁵ Maria Cristina Almeida e Cunha, *A Chancelaria do Arcebispado de Braga (1071-1245)*, Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1998; Maria do Rosário Barbosa Morujão, *A Sé de Coimbra: a Instituição e a Chancelaria (1080-1318)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2011; Maria João Oliveira e Silva, *Scriptores et notatores: a produção documental da Sé do Porto (1113-1247)*, Porto, Fio da Palavra, 2008; Idem, *A Escrita na Catedral: a chancelaria episcopal do Porto na Idade Média (Estudo Diplomático e Paleográfico)*, Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2010; Saul A. Gomes, in *limine conscriptionis. Documentos, chancelaria e cultura no Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra. Século XII a XIV*, Viseu, Palimage e CHSC, 2007; Anísio Miguel de Sousa Saraiva, *A Sé de Lamego na primeira metade do século XIV (1296-1349)*, Leiria, Edições Magno, 2003; Luís Miguel Rêpas, *Quando a nobreza trajava de branco: a comunidade cisterciense de Arouca durante o abadessado de D. Luca Rodrigues (1286-1299)*, Leiria, Edições Magno, 2003; João Soalheiro, “Censal da Diocese de Coimbra – século XIV (ANTT: MCO, Ordem de Cristo/Convento de Tomar, liv. 264)”, in *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, 6, 2006, pp. 51-90; *Testamenti Ecclesiae Portugaliae (1071-1325)*, coord. Maria do Rosário Morujão, Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, 2010; *Diplomatário da Sé de Viseu (1078-1278)*, edição de Leontina Ventura e João da Cunha Matos, Lisboa, Instituto de Estudos Medievais, Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra e Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010.

⁶ Saul A. Gomes, “Ideologia e Representação nas Práticas das Chancelarias Concelhias Medievais Portuguesas”, in *O poder local em tempo de globalização. Uma história e um futuro. Comunicações*, coord. Fernando Taveira da Fonseca, Viseu, Centro de História da Sociedade e da Cultura e Palimage Editores, 2005, pp. 435-496; Ana Filipa Firmino Sequeira Pinto Roldão, *Escrita e Poderes Urbanos nos Concelhos de Coimbra, Santarém e Lisboa (1179-1325)*, Dissertação de Mestrado em Paleografia e Diplomática apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2006; Idem, *A memória da cidade. Administração urbana e práticas de escrita em Évora (1415-1536)*, Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2011.

⁷ Armando Luís de Carvalho Homem, *O Desembargo Régio (1320-1433)*, Porto, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1990; Idem, Luís Miguel Duarte e Eugénia Pereira da Mota, “Percurso na burocracia régia (Séculos XIII-XV)”, in *Actas do Colóquio A Memória da*

cúria régia, cujo estudo e edição, quer para os monarcas da Primeira Dinastia⁸, quer para os da Segunda Dinastia⁹ têm vindo a merecer a atenção dos investigadores.

Nação (Lisboa, Outubro de 1987), Lisboa, 1991, pp. 403-423; Armando Luís de Carvalho Homem, "Para uma abordagem da burocracia régia: Portugal, Séculos XIII-XV", in *Revista Portuguesa de História*, t. XXXI, Vol. 1, 1996, pp. 225-242; Judite de Freitas, "Teemos por bem e mandamos". A Burocracia Régia e os seus oficiais em meados de Quatrocentos (1439-1460), 2 vols., Cascais, Patrimonia, 2001.

⁸ Rui Pinto de Azevedo, *Documentos Medievais Portugueses – Documentos Régios*, Vol. I: *Documentos dos Condes Portugaleses e de D. Afonso Henriques*, A. D. 1095-1185, Tomos I e II, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1958 e 1962; Idem, "O livro de registo da chancelaria de Afonso II de Portugal (1217-1221)", in *Anuario de Estudios Medievales*, 4, 1967, pp. 35-74; Idem, "Primórdios da chancelaria de D. Afonso Henriques", in *Revista Portuguesa de História*, t. 1, 1967, pp. 161-166; Idem, "A chancelaria régia portuguesa nos séculos XII e XIII", in *Revista da Universidade de Coimbra*, 14, 1940, pp. 31-80; Maria José de Azevedo Santos, "A Chancelaria de D. Afonso II (1211-1223). Teorias e Práticas", in *Ler e Compreender a Escrita na Idade Média*, Lisboa, Edições Colibri e Faculdade de Letras de Coimbra, 2000, pp. 11-58; Idem, "As chancelarias das Rainhas de Portugal na Idade Média (Breves notas de investigação)", in *Os Reinos Ibéricos na Idade Média. Livro de Homenagem ao Professor Doutor Humberto Carlos Baquero Moreno*, coord. Luís Adão da Fonseca, Luís Carlos Amaral e Maria Fernanda Ferreira Santos), Vol. III, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto e Livraria Civilização, 2003, pp. 1105-1109; Isaias da Rosa Pereira, Maria Helena da Cruz Coelho e Armando Luís de Carvalho Homem, *Diplomatique royale portugaise: Alphonse IV (1325-1357)*, separata de *Diplomatique Royale du Moyen-Âge, XIII^e-XIV^e siècles, Actes du Colloque*, Porto, 1996; Sandra Virgínia Pereira Gonçalves Bernardino, *Sanctus Secundus Rex Portugalensis. A chancelaria de D. Sancho II: 1223-1248*, Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2003; João António Mendes Neves, A "Formosa" Chancelaria — Estudo dos originais da Chancelaria de D. Fernando (1367-1383), Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2003; *Chancelaria de D. Afonso III. Livro I*, 2 volumes, edição por Leontina Ventura, e António Resende de Oliveira, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2006; *Chancelaria de D. Afonso III, Livros II e III*, edição por Leontina Ventura, e António Resende de Oliveira, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011.

⁹ Damião Peres, *O Livro de recebimentos de 1470 da Chancelaria da Câmara*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1974. Estão publicados, recordemos, os seguintes volumes de livros de registos de chancelarias de monarcas da Segunda Dinastia, na série Chancelarias

A chancelaria de D. Dinis foi alvo de diversas teses de Licenciatura em História nas quais se procedeu a breves estudos introdutórios, geralmente com transcrições parcelares de partes dos diferentes livros de registos do monarca¹⁰. Deste monarca, mereceu edição diplomática o livro quinto da sua chancelaria, o único manuscrito original que se conserva

Medievais Portuguesas, pelo Centro de Estudos Históricos, da Universidade Nova de Lisboa, sob a direção de A. H. de Oliveira Marques e de João José Alves Dias: *D. Pedro I (1357-1367)*, Lisboa, INIC-CEH/UNL, 1984; *D. Afonso IV, Vol. I (1325-1336), Vol. II (1336-1340), Vol. III (1340-1344)*, Lisboa, JNICT-CEH/UNL, 1990-1992; *D. João I, Vol. I – Tomo 1 (1384-1385), Tomo 2 (1385), Tomo 3 (1384-1388); Vol. II – Tomo 1 ((1385-1392), Tomo 2 (1387-1402), Tomo 3 (1391-1407); Vol. III – Tomo 1 (1385-1410), Tomo 2, (1394-1427), Tomo 3 (1402-1418); Vol. IV – Tomo 1 (1410-1425), Tomo 2 (1393-1433)*, Lisboa, CEH/UNL, 2004-2006; *D. Duarte. Vol. I – Tomo 1 (1433-1435), Tomo 2 (1435-1438); Vol. II (Livro da Casa dos Contos), Vol. III (1433-1435)*, Lisboa, CEH/UNL, 1998-1999. As chancelarias propriamente ditas, juntam-se as edições sistemáticas de atas de Cortes, pelos mesmos diretores e coordenadores: *Reinado de D. Afonso IV (1325-1357)*, Lisboa, INIC-CEH/UNL, 1982; *Reinado de D. Pedro I (1357-1367)*, Lisboa, INIC-CEH/UNL, 1986; *Reinado de D. Fernando I, Vol. I (1367-1380), Vol. II (1383)*, Lisboa, JNICT-CEH/UNL, 1990-1993; *Reinado de D. Duarte (Cortes de 1436 e 1438)*, CEH/UNL, Lisboa, 2004; *Reinado de D. Manuel (Cortes de 1498)*, Lisboa, CEH/UNL, 2002; *Reinado de D. Manuel I (Cortes de 1499)*, Lisboa, CEH/UNL, 2001; *Reinado de D. Manuel I (Cortes de 1502)*, Lisboa, CEH/UNL, 2001.

¹⁰ Nomeadamente, e entre outros, as seguintes dissertações: Balbina Rodrigues de Almeida, *D. Dinis. Breve estudo da sua Chancelaria. [Livro 1]. Folhas 25-86v*, Coimbra, FLUC, 1969; Joaquim da Silva Carmona, *Documentos da Chancelaria de D. Dinis (1287-1289). Subsídios para o estudo da época dionisina*, Coimbra, FLUC, 1968; Alice Correia Godinho, *D. Dinis. Subsídios para o estudo da sua Chancelaria. [Livro 1]. Fls. 87v-167*, Coimbra, FLUC, 1969; Laura Oliva Correia Lemos, *Aspectos do reinado de D. Dinis segundo o estudo de alguns documentos da sua Chancelaria. Livro III, F. 81v-102v*, Coimbra, FLUC, 1973; Maria Rosa Ferreira Marreiros, *A administração pública em Portugal no reinado de D. Dinis através do estudo de alguns documentos da sua Chancelaria, Livro III, fls. 63-81v*, Coimbra, FLUC, 1973; Agostinho Amado Patrício, *Estudo da Chancelaria de D. Dinis. Alguns aspectos da sua época. Livro II, Folhas 57v-109*, Coimbra, FLUC, 1972; João Marinho dos Santos, *D. Dinis (1289-1291). Subsídios para o estudo da sua Chancelaria. Livro I, Fls. 252v-291v*, Coimbra, FLUC, 1972; Luís Alberto da Silva Sousa, *Subsídios para o estudo da Chancelaria de D. Dinis. Livro II. Folhas 109v-141*, Coimbra, FLUC, 1969.

desse reinado¹¹, tendo sido dado à estampa, mais recentemente, o livro segundo desta mesma chancelaria¹².

D. Dinis teve um longo reinado e uma chancelaria muito produtiva. Não dispomos de números absolutos que nos permitam apresentar os quantitativos de atos redigidos pela chancelaria deste soberano. O Livro II da sua chancelaria, já mencionado, arrolando atos sobremodo para os anos de 1291 a 1295, posto que com alguns diplomas de anos anteriores e posteriores, compila um total de 542 diplomas. Bernardo Sá Nogueira referenciou um corpo documental dionisino, nos livros de registo da chancelaria deste monarca, composto por 2950 atos¹³. O mesmo autor contabilizou 1343 apresentações de clérigos em igrejas de padroado real para os anos de 1279 a 1321¹⁴. No antigo cartório do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, hoje na Torre do Tombo, de todos os reis medievais portugueses, é D. Dinis o que mais se documenta em número de diplomas subsistentes¹⁵.

Mas os medievalistas portugueses têm bem a noção da abundância de diplomas pertencentes a este soberano e chegados até nós em originais

e em livros de registos ou em cópias de cartulários, em públicas-formas ou inseridos noutros atos de confirmação, de sentença ou em processos forenses ou, ainda, por cópia erudita ou editados, total ou parcialmente, de modo sumário ou noticioso, em coletâneas e obras várias¹⁶.

¹¹ Tido por cartulário para o seu editor mais recente. Vd. *Livro das Lezírias d'El-Rei Dom Dinis*. Transcrição, estudo introdutório e notas de Bernardo de Sá Nogueira, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2003.

¹² *Chancelaria de D. Dinis, Livro II*, ed. Rosa Marreiros, Coimbra, CHSC e Palimage, 2012.

¹³ Bernardo de Sá Nogueira, "Apontamentos sobre os livros de registo da chancelaria de D. Dinis (1279-1325)", in *Clio. Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa*, 16/17, 2008, p. 185.

¹⁴ Bernardo Sá Nogueira, "A organização do padroado régio durante o reinado de D. Dinis - Lista das apresentações (1279-1321)", in *Arqueologia do Estado. Comunicações*, Vol. 1, Lisboa, História & Crítica, 1988, pp. 421-445.

¹⁵ Saul Gomes, *In limine conscriptionis. Documentos, chancelaria e cultura no Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra*, Viseu, Ed. Palimage e CHSC, 2007, p. 427. Cinquenta e dois diplomas dionisinos, oriundos deste fundo, foram publicados em Saul A. Gomes, *Documentos Medievais de Santa Cruz de Coimbra. I – Arquivo Nacional da Torre do Tombo*, separata de *Estudos Medievais*, Porto, Centro de Estudos Humanísticos – Secretaria de Estado da Cultura – Delegação Regional do Norte, 1988, pp. 73-130.

¹⁶ Como, por meros exemplos e na impossibilidade de tudo arrolar aqui, mas porque de publicações se trata em que se apresentam, em número significativo, documentos de D. Dinis, citemos: José Anastácio de Figueiredo, *Synopsis Chronologica de Subsídios, ainda os mais raros, para a História e Estudo Crítico da Legislação Portuguesa*. Vol. 1. Desde 1143 até 1549, Lisboa, Academia Real das Ciências, 1790; *VIMARANIS Monumenta Historica a saeculo nono post Christum usque ad vicesimum*, Partes I a III, Guimarães, 1929-1931; *Corpus Codicum Latinorum et Portugalensium eorum qui in Archivo Municipali Portucalensi asservantur antiquissimorum - Diplomata, Chartae et Inquisitiones*, 6 vols., Porto, Câmara Municipal, 1891 e seguintes; *Livro Antigo de Cartas e Provisões dos Senhores Reis D. Afonso V, D. João II e D. Manuel I do Arquivo Municipal do Porto*, prefácio e notas de Artur de Magalhães Basto, Porto, Câmara Municipal, s. d.; Gabriel Pereira, *Documentos Históricos da Cidade de Évora*, Lisboa, 1998 (edição anastática de 1885-1891); *Index Historico e Diplomatico do Cartorio de Leça*, ed. José Mendes da Cunha Saraiva, Lisboa, Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, 1944; *Subsídios para a História da Ordem de Malta. II Livro dos Forais, Escripturas, Doações, Privilegios e Inquirições*, ed. José Mendes da Cunha Saraiva, vols. 1 a 3, Lisboa, Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, 1946-1948; A. G. Rocha Madahil, *Milenário de Aveiro, Coletânea de Documentos Históricos*, 2 vols., Aveiro, Câmara Municipal de Aveiro, 1959; Idem (ed.), *Livro Verde da Universidade de Coimbra (Cartulário do Seculo XV)*, Coimbra, Arquivo e Museu de Arte da Universidade, 1940; *Chartularium Universitatis Portugalensis*, dir. A. Moreira de Sá, Vol. 1, Lisboa, 1966; Carlos Manuel Baeta Neves, *História florestal, aquíloca e cinética. Coleção de documentos existentes no Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Chancelarias Reais*, 6 vols., Lisboa, Direcção Geral de Florestas, 1980-1993; Saul A. Gomes, *Documentos Medievais de Santa Cruz de Coimbra. I. Arquivo Nacional da Torre do Tombo*, separata de *Estudos Medievais*, Nº 8, 1988; *Valdevez Medieval – Documentos. 1: 950-1299; 2: 1300-1479*, org. Amélia Aguiar Andrade e Luís Krus, Arcos de Valdevez, Câmara Municipal, 200-2001. Cf. A síntese apresentada em: Luís Carlos Amaral, "La edición de fuentes documentales en Portugal en el siglo XIX", in *Codiphis. Catálogo de colecciones diplomáticas hispano-lusas de época medieval*, dir. José Ángel García de Cortázar, José Antonio Munina, Luis Javier Fortún, Santander, Fundación Marcelino Botín, 1999, pp. 47-58.



Da chancelaria real dionisina subsistiam, em 1532, como ainda hoje, apenas seis livros de registos, originais ou em cópia, no Arquivo da Torre do Tombo¹⁷:

Livro 1 – documentos de 1279 a 1291 (cópia do século XV).

Livro 2 – documentos de 1291-1297 (cópia do século XV).

Livro 3 – documentos de 1297 a 1324 (cópia do século XV).

Livro 4 – documentos de 1297 a 1324 (cópia do século XV com alguns fólios originais).

Livro 5 – com documentos de 1305 a 1315 (original).

Livro 6 – cópia do Livro 5.

Aos livros de registos de cartas reais devem somar-se os das Inquirições de D. Dinis¹⁸:

Livro 1 – Inquirições de 1288.

Livro 2 – 4ª alçada das inquirições de D. Afonso III (cópia)¹⁹.

Livro 3 – Inquirições de 1301.

Livro 4 – Inquirições de 1288 (cópia).

Livro 5 – Inquirições de D. Afonso II (versão mais antiga).

Livro 6 – Inquirições de 1307.

Livro 7 – Cópia do anterior.

Livro 8 – Cópia do anterior.

Livro 9 – 3º caderno da 2ª alçada das inquirições de D. Afonso III e outras cópias.

Livro 10 – Inquirições diversas de D. Afonso III e de D. Dinis mais cartas régias diversas²⁰.

Não é fácil reconstituir a “contabilidade arquivística” do que foi a chancelaria de D. Dinis. Apontamentos e notas de eruditos amanuenses, ligados ao serviço burocrático na Torre do Tombo, deixados em cadernos e livros tardo-medievos e modernos, trazem alguma luz sobre o que foi a chancelaria dionisina.

Em dois registos sobre os padroados régios, tardo-trecentistas, encontramos referências a um desses livros, guardado no arquivo régio do castelo de Lisboa, o qual se iniciava com uma carta datada do ano de 1318:

“Item se mostra por huum livro delRey Dom Dinis, que se começa “de Caramallos”, em o qual se contem huma carta por que ElRey Dom Dinis deu a sseu filho Affomso Sanchez bastardo que elle apunta sse aa igreja de Cinfaões do bispado de Lamego por huum vaga e mais nom e que rogava ao bispo e vigairos que a confirmassem a quem mandasse o dicto Afonso Sanchez, scilicet por aquella vaga e mais nom, e que para a outra vagaçom ficasse ressalvada a dicta igreja a ElRey come sua e do seu padroado. E esta carta foy dada na Era M^a III^c LVI anos. Este livro jaz

¹⁷ Bernardo de Sá Nogueira, “Apontamentos sobre os livros de registo da chancelaria de D. Dinis (1279-1325)”, in *Clio. Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa*, 16/17, 2008, pp. 181-188; A. H. de Oliveira Marques, *Guia do Estudante de História Medieval Portuguesa*, 3ª ed., Lisboa, Editorial Estampa, 1988, p. 189; Avelino de Jesus da Costa, “A chancelaria real portuguesa e os seus registos, de 1217 a 1438”, in *Revista da Faculdade de Letras* [Porto], II série, XIII, 1996, pp. 71-101; Maria Helena da Cruz Coelho e Armando Luís de Carvalho Homem, *Origines et évolution du registre de la chancellerie royale portugaise (XIII^e-XV^e siècles)*, Porto, 1995.

¹⁸ João Pedro Ribeiro, *Memorias para a Historia das Inquirições dos primeiros Reinados de Portugal coligidas pelos discípulos da Aula de Diplomatica do anno de 1814 para 1815 debaixo da direcção dos Lentes Proprietario e Substituto da mesma aula*, Lisboa, Impressão regia, 1815. Pub.: José Augusto de Sottomayor-Pizarro, *Portvgaliæ Monvmenta Historica: a Saecvlo Octavo post Christum vsque ad Qvintumdecimvm ivssv Academiae Scientiarum Olisiponensis Edita Inquisitiones — Inquirições Gerais de D. Dinis de 1288. Sentenças de 1290 e execuções de 1291. Nova Série*, Volume IV/1, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 2012.

¹⁹ O Livro 2 das Inquirições de D. Afonso III, continuando as atas da 4ª alçada (Mirandela, Bragança e Trás-os-Montes), tem cadernos das inquirições de D. Dinis, de 1284. Pub. José Augusto de Sottomayor-Pizarro, *Inquisitiones. Inquirições Gerais de D. Dinis. 1284*, Vol. III da Nova Série de *Portvgaliae Monvmenta Historica a Saecvlo Octavo post Christum vsque ad Qvintumdecimvm ivssv Academiae Scientiarum Olisiponensis Edita*, Lisboa,

Academia das Ciências de Lisboa, 2007. Veja-se, também, Luís Krus, “O rei herdeiro dos condes: D. Dinis e a herança dos Sousas”, in *A Construção do Passado Medieval. Textos inéditos e publicados*, Lisboa, Instituto de Estudos Medievais da Universidade Nova de Lisboa, 2011, pp. 59-92.

²⁰ A. H. de Oliveira Marques, *Guia do estudante...*, p. 193.

no castello de Lixboa na torre em que jazem os livros do tombo.”²¹

“Item se mostra por outro livro delRei Dom Dinis que tem a primeira carta da doaçam fecta ao moesteiro de Caramolos pelo qual jazem estas doações. (...) Estas igrejas adeante escriptas se mostram que foram dadas pelo sobredicto livro de Caramolos, as quaes igrejas foram dadas a estas pessoas ecresiaslicas, nom come a pessoas ecresiaslicas mais come a pessoas leigas, segundo se aqui adiante segue.”²²

Para além desse livro dito de “Caramollos”, alude-se a outros quatro códices da chancelaria dionisina:

“Item se mostra per outro livro delRei Dom Dinis que se começa na Era III^c RIII e acaba se em LIII e tem huum [sinal] na cobertoira, pelo qual se mostram estas cartas a juso escriptas”, noticiando-se, de seguida, um conjunto de diplomas régios promulgados entre os anos de 1306 e 1323²³.

“Item se mostra por outro livro delRei Dom Denis que tem em primeira carta del começa se foy dada ao moesteiro de Bo(i)ro”, enunciando-se cartas datadas de entre 1283 e 1286²⁴. Este primitivo códice corresponderá certamente ao atual Livro I da Chancelaria de D. Dinis, no qual, no fólio 1, se encontra uma “carta do mosteyro de Bouro”²⁵.

“Item se mostra por outro livro delRei Dom Dinis que tem a primeira carta Martim Perez dicto Monçom”, com ementas de cartas de anos entre 1292 e já do tempo de após a instituição da Ordem de Cristo²⁶. Deve ter sido este mencionado livro que deu origem, mais tarde, à cópia e composição do atualmente designado Livro II da Chancelaria de D. Dinis, que abre justamente com parte de uma carta de aforamento feito a Martim Peres “Moucom”, sendo que o começo deste diploma ficou lançado no atual Livro I da Chancelaria de D. Dinis, fólio 291v, coluna 2, no final²⁷.

“Item se mostra por outro livro delRei Dom Denis que tem a primeira carta que diz que foy seelada com seelo delRei Dom James d Aragon e com o seu sobre posturas que antre sy poserom”, inserindo referências a cartas de 1287, 1292, 1305 e 1306, entre outras sem informação de data²⁸. Esta indicação remeterá para o atual, e único códice verdadeiramente original da chancelaria dionisina, como se referiu, Livro 5 da Chancelaria de D. Dinis, o qual, efetivamente, abre com o traslado autêntico da carta de D. Jaime de Aragão, de 31 de agosto de 1305, pela qual se louva em D. Dinis

²¹ Stéphane Boissellier, *La construction administrative d'un royaume : registres de bénéfiques ecclésiastiques portugais (XIII-XIVe siècles)*, Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa, 2012, p. 235.

²² Stéphane Boissellier, Op. cit., p. 245 e 247.

²³ Stéphane Boissellier, Op. cit., p. 249.

²⁴ Stéphane Boissellier, Op. cit., p. 249.

²⁵ Este atual Livro I da Chancelaria de D. Dinis levou, em tempos de Damião de Góis, uma nova tabuada ou índice, como se lê no fólio [2] do manuscrito: “Ha este livro primeiro del Rei Dom Denis mandei fazer tavoada nova,

por a velha andar ja mal tractada. E posto que neste faltem dous cadernos do começo e dous do numero CXI hatee CXXXV da dicta tavoada se podera saber quantas cartas eram scpritas nos dictos quatro cadernos de que has mais dellas sam dos bens que El Rey haa na cidade e termo d’Elvas, pello que quando necessario for do livro dos proprios da coroa que devem por boa razam d’estar na dicta cidade em poder dos officiaees da mesma coroa se acharam as demarquações e foros das taães heranças. E quanto ao que falta na fim deste livro ha tavoada velha nam continua[va com] isso. Parece que do tempo que se ella fez, que era ja tudo ho que falta perdido. (Ass.) Damiam de Goes.”

²⁶ Stéphane Boissellier, Op. cit., p. 250.

²⁷ *Chancelaria de D. Dinis. Livro II*, Op. cit., Doc. 1, p. 51.

²⁸ Stéphane Boissellier, Op. cit., pp. 250-251.



como juiz, com o infante D. João e o bispo de Saragoça, na demanda que o opunha ao rei de Castela²⁹.

O arquivo régio medieval português passou por momentos de reorganização e de renovação das escrituras e dos seus livros (tombos, cartulários, registos...). Conheceu uma progressiva concentração e estabilização da documentação na “Torre do Tesouro”, no castelo de Lisboa, se bem que, ainda no reinado de D. Dinis, a documentação real se dispersasse por diversos lugares custodiais, mormente mosteiros e catedrais³⁰. A tradição documental das inquirições reais aponta para recomposições dos respetivos registos ao longo de todo o século XIII, nomeadamente com D. Dinis e, mais substanciais, como se sabe, depois dele e particularmente no contexto da conhecida Leitura Nova dos alvares de Quinhentos³¹.

Se do ponto de vista da transmissão dos livros de registos predominam as cópias e recomposições codicológicas dos manuscritos da chancelaria original do monarca, subsistem desse reinado numerosos diplomas reunidos em compilações como a do Livro de Leis e Posturas³², como ainda nas Ordenações Afonsinas e noutros registos e cartórios³³.

Aos diplomas, originais ou em cópia, do monarca, há que juntar os vários cadernos oriundos da administração dos direitos de padroado do rei sobre igrejas e mosteiros³⁴, sobre a nomeação e controle dos cartórios notariais no Reino³⁵, de atas de inquirições³⁶ e sobre o deve e haver da contabilidade da câmara régia³⁷. Cadernos esses geralmente originais, reunidos no fundo intitulado Gavetas da Torre do Tombo, tendo servido às composições dos escribas que deram corpo à Leitura Nova quinhentista (particularmente aos Livros de Padroados e de Direitos Reais), constituindo todos eles uma fonte preciosa para

Cunha Saraiva, *Subsídios para a História da Ordem de Malta. II Livro dos Forais, Escripturas, Doações, Privilegios e Inquirições*, vols. 1 a 3, Lisboa, Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, 1946-1948. Como, ainda, no Arquivo Municipal de Lisboa ou no do Porto. Vd. *Livro I de Místicos de reis. Livro II dos reis D. Dinis, D. Afonso IV, D. Pedro I. Documentos para a História da Cidade de Lisboa*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1947; *Livros de Reis I*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1957; *Corpus Codicum Latinorum et Portugalensium eorum qui in Archivo Municipali Portucalensi asservantur antiquissimorum - Diplomata, Chartae et Inquisitiones*, 6 vols., porto, Câmara Municipal, 1891 e seguintes.

²⁹ Robert Durand, “Réflexions sur la féodalité au Portugal (X^e-XIII^e siècles). À propos d’un livre récent”, in *Revista Portuguesa de História*, t. 21, 1984, pp. 1-12; Stéphane Boissellier, Op. cit.; Idem, “Les rapport entre prélèvement fiscal et mécanismes économiques: leurs représentations dans les Cortes au Portugal dans la première moitié du XIV^e siècle”, *La fiscalità nell’economia europea. Secc. XIII-XVIII. Atti XXXIX Settimana di Studi*, (Ed. Simonetta Cavaciocchi), Florença, 2008, pp. 1083-1103; Idem, “Le plus ancien registre de la gestion patronale royale portugaise (Afonso III, 1258) (édition des Gavetas n^o XIX, maço 14, doc. 2 et maço 15, doc. 46)”, in *Media Aetas. Cadernos de Estudos Medievais*, II série, Vol. 4, 2009-2010, pp. 117-131; Bernardo de Sá Nogueira, “A organização do padroado régio durante o reinado de D. Dinis. Lista das apresentações (1279-1321)”, in *Arqueologia do Estado. 1^{as} Jornadas sobre formas de organização e exercício dos poderes na Europa do Sul. Séculos XIII-XVIII. Comunicações*. Vol. 1, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1988, pp. 421-445.

³⁰ A. H. de Oliveira Marques, “A População Portuguesa nos Fins do Século XIII”, in *Ensaios de História medieval Portuguesa*, Lisboa, Ed. Vega, 2^a edição, 1980, pp. 51-92.

³¹ Vd. Luís Krus, “O rei herdeiro dos condes: D. Dinis e a herança dos Sosas”, in *A Construção do Passado Medieval...*, pp. 59-92.

³² Anselmo Braamcamp Freire, “Inventarios e contas da casa de D. Dinis (1278-1282)”, in *Arquivo Historico Portugueza*, Vol. X, Lisboa, 1916, pp. 41-59.

²⁹ *O Livro das Lezírias d’El rei Dom Dinis*, pp. 43-46.

³⁰ Saul A. Gomes, “Relações entre Santa Cruz de Coimbra e Santa Maria de Alcobaça ao longo da Idade Média. Aspectos globais e particulares”, in *IX Centenário do Nascimento de S. Bernardo, Encontros de Alcobaça e Simpósio de Lisboa, Actas*, Braga, Universidade Católica Portuguesa e Câmara Municipal de Alcobaça, 1991, pp. 257-303; Idem, *In limine conscriptionis...*, pp. 241 e seguintes; Maria José Azevedo Santos, “Remarques sur les conditions de conservation des actes et des livres au Portugal (XIIe-XVe siècles)”, in *Scriptorium*, t. L, 1996-2, pp. 397-406. Veja-se também Fernanda Ribeiro, *O acesso à informação nos arquivos*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian - Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2003.

³¹ Vd. Saul A. Gomes, “Inquirições, confirmações e registos da chancelaria régia portuguesa: notas para o seu estudo”, in *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, 12, 2012, pp. 147-163.

³² *Livro de Leis e Posturas*, ed. Nuno Espinosa Gomes da Silva e Graça Almeida Rodrigues, Lisboa, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 1971.

³³ Encontramos documentação dionisina, por exemplo, no antigo cartório de Leça do Balio. Vd. José Mendes da

o conhecimento do que foi a chancelaria deste rei sábio e amante das Letras. Uma fonte de arquivo, sublinhe-se, em que se espelham a tradição e as práticas arquivísticas dominadas por uma lógica de organização pautada pela observação da ordem temporal e da arrumação geográfica por parte dos amanuenses que exerceram ofícios no campo da escrita e do arquivo régios.

Os diplomas que se conservam nos registos, sobretudo nos que são cópias posteriores ao próprio reinado de D. Dinis, pautam-se por formulários objetivos e com austeridade de fórmulas ou de redação retórica dos atos. Uma das fórmulas permanentemente “eliminada” pelos copistas, por exemplo, e como se pode observar da leitura do Livro II da Chancelaria de D. Dinis, recentemente publicado, como se referiu, é a saudação, que se encontra nos documentos originais mas não, significativamente, nas cópias lançadas nos livros dos registos da chancelaria.

Não que D. Dinis pareça ter sido um soberano legislante apreciador de uma textualidade diplomática subjetiva ou privilegiadora de um discurso predominantemente retórico. Bem pelo contrário, aliás. Os seus diplomas seguem fórmulas esmagadoramente objetivas, breves, imperativas e repetitivas. São muito raras arengas, se bem que se encontrem num ou noutro ato mais solene, geralmente envolvendo destinatários de elevada hierarquia social³⁸. A tendência é para o abandono da invocação na abertura dos diplomas, posto que subsista nos que respeitam a ações de maior escopo político, privilegiando-se *initia* com a intitulação régia, raramente secundarizada por endereço e por notificação, exceções estas, todavia, presentes, por exemplo, em cartas de foral, as quais terminam pela enunciação longa de bispos e

cortesãos confirmantes e dos oficiais de escrita da chancelaria³⁹.

Na carta de nomeação dos procuradores para assinarem o matrimónio do monarca com D. Isabel, em 1282, por exemplo, o *redactor* segue um espírito noticioso e imperativo: “Noverint universi quod nos Dionysius Dei gratia rex Portugalliae et Algarbii ex certa scientia statuimus, facimus seu ordinamus vos (...) vassalos nostros, omnes in simul et quemlibet vestrum in solidum procuratores nostros certos et speciales ad tractandum cum Illustri P. Dei gratia Rege Aragon. (...)”⁴⁰. Excecional nesta matéria, porque ato eminentemente solene, é a carta e respetiva arenga latina alusiva à fundação do Estudo Geral de 1 de março de 1290⁴¹.

Na doação do herdamento do Barro (Santarém) a seu filho natural, Fernão Sanches, a 21 de março de 1292, aparece uma arenga, se bem que pouco original na apologia a que remete da escrita como guardiã da memória dos homens⁴², bem como uma invocação dúplice: “En nome de Deus e de sa madre Sancta Maria amen. Porque o acordo dos homens non dura tanto por esso foram achadas as escripturas por durar pera todo sempre nen possa escaecer e por serem as cousas mays compridamente feytas porem eu dom Denis (...)”⁴³, seguindo-se a intitulação de tradição familiar com nomeação da esposa e dos filhos Afonso e Constança⁴⁴. Intitulações

³⁸ Saul A. Gomes, “Testemunhos de formulários régios medievais portugueses”, in *Os Reinos Ibéricos na Idade Média. Livro de Homenagem ao Professor Doutor Humberto Carlos Baquero Moreno*, (Coordenação de Luís Adão Fonseca, Luís Carlos Amaral e Maria Fernanda Ferreira Santos), Vol. III, Porto, Faculdade de Letras do Porto e Livraria Civilização, 2003, pp. 1291-1299.

³⁹ *Chancelaria de D. Dinis, Livro II*, Op. cit., Docs. 218, 222, 394, 464 e 465, pp. 243-256, 415-418, 467-470.

⁴⁰ D. António Caetano de Sousa, *Provas da Historia Genealogica da Casa Real Portuguesa*, Tomo I, Lisboa, 1739, pp. 140-142.

⁴¹ Saul A. Gomes, “As Metáforas da “Sapiência”: Em torno das arengas diplomáticas medievais do *Studium Generale* português”, in *Biblos*, nova série, V, 2007, pp. 89-107.

⁴² Saul A. Gomes, “*Fida Memoriae Custos Est Scriptura*”. As “Arengas de Memória” na Documentação Régia Portuguesa nos Séculos XII e XIII”, in *Revista de História das Ideias*, Vol. 22, 2001, pp. 9-49; Idem, “Identidade e Memória na Chancelaria Real Portuguesa na Idade Média”, in *Raízes Medievais do Brasil Moderno. Actas. 2 a 5 de Novembro 2007*, coord. Margarida Garcez e José Varandas, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 2008, pp. 67-95.

⁴³ *Chancelaria de D. Dinis, Livro II*, Op. cit., Doc. 94, p. 141.

⁴⁴ Sobre a intitulação régia portuguesa, e as tradições desta mesma *intitulatio* familiar, vd. Maria João Peste Santos Guerreiro, *Por graça de Deus, Rei dos Portugueses*.



familiares coletivas, “ensembrá”, que o monarca avoca em atos importantes como naqueles que estipulam doações ao Mosteiro de Odivelas, por ele fundado, em “remimento de nossos pecados e de nossos sucessores”⁴⁵.

Arenga semelhante à anteriormente enunciada aparece na carta de doação, lavrada em 1295, do reguengo de Camarate à Infanta D. Constança: “In o nome de Deus amen. Porque as vidas e a memoria dos homens se passam e os feytos porem foram achadas as escripturas que as cousas traspassadas possam seer sabudas e certas depoy. Porem eu dom Denis (...)”⁴⁶.

Ainda em 1292, em cartas de acordo com os bispos de Lamego, de Viseu e da Guarda, apresenta-se uma justificação histórica legitimadora da concessão régia na qual sobressaem elementos que recordam um discurso igualmente adequado a uma arenga, posto que, do ponto de vista diplomático, se deva entender verdadeiramente como fórmula de *expositio*: “A quantos esta carta vyrem faço saber que como desgram tempo ha fosse contenda sobre muytas cousas antr’os Reys de Portugal e a eygreja de [...] aacima totalas contendas e demandas que hy foram antr’eles e eram agora ata a dada desta carta foram renuçadas e cassadas (...)”⁴⁷.

No testamento do soberano, de 1322, encontramos idêntica contenção e despojamento retórico, semelhante, aliás, à textualidade que se reiterará também nos testamentos da rainha D. Isabel: “Em nome de Deos Amen. Eu D. Diniz pela graça de Deos Rey de Portugal e do Algarve temendo Deos e dia da minha morte, e consirando o dia do Juizo de Deos, a que hey de vir em minha saude, e com todo o meu entendimento comprido, faço meu testamento em esta guiza. Primeiramente (...)”⁴⁸.

No estudo da chancelaria del-rei D. Dinis há que valorizar de modo substantivo os diplomas originais. Trata-se obviamente de um trabalho longo e difícil mas ingente e essencial para se compreender a real dimensão e o significado histórico preciso do que foi a produção documental deste reinado. Um reinado em que à redação dos atos maioritariamente em latim se substituiu a moda do uso da língua vernacular, mudança que se verificou igualmente noutras chancelarias de instituições eclesíásticas ou mesmo laicas desse tempo⁴⁹.

Para além da recolha e estudo dos atos originais, há que valorizar os cadernos de registos, também eles originais, que nos chegaram na íntegra ou fragmentários, produzidos pelos oficiais da chancelaria dionisina. São bem conhecidas algumas dessas peças, como se mencionou já, relativas a padroados e a inquirições.

No presente artigo valorizamos justamente duas dessas peças originais provenientes da chancelaria régia dionisina muito relevantes e cuja importância diplomática efetiva não tem sido devidamente reconhecida.

Uma é um bínio em pergaminho⁵⁰, caderno esse em que foram lançados registos acerca das colheitas régias em Salzedas [Doc. 1], em Santa Comba e Lourosa [Doc. 3], em Mafra [Doc. 4], em Linhares [Doc. 8] e em Cabrela, Alvalade e Panóias, terras pertencentes à Ordem de Santiago [Docs. 7], bem como sobre as dízimas d’el-rei na alfândega do porto da Atouguia [Doc. 6]. Coligem-se e reproduzem-se, neste caderno, cartas régias de D. Sancho I [Docs. 3 e 9], D. Sancho II [Doc. 2], D. Afonso III [Doc. 3] e do próprio D. Dinis relativas à problemática fiscal em causa. Num dos fólhos deste caderno foi lançada uma lista relativa às anadarias dos besteiros de

As intitulações régias de D. Afonso Henriques e D. Sancho I, Lisboa, Universidade Aberta, 2010.

⁴⁵ Chancelaria de D. Dinis, Livro II, Docs. 370 e 371, pp. 389-395.

⁴⁶ Chancelaria de D. Dinis, Livro II, Doc. 369, p. 387.

⁴⁷ Chancelaria de D. Dinis, Livro II, Docs. 159 a 161, pp. 188-195.

⁴⁸ D. António Caetano de Sousa, *Provas da Historia Genealogica da Casa Real Portuguesa*, Tomo I, Lisboa,

1739. [Nova edição por Manuel Lopes de Almeida e César Pegado, Coimbra, Atlântida, 1946, p. 125].

⁴⁹ Saul A. Gomes, “Chancelarias medievais portuguesas: observações acerca da sua produção documental latina e vernacular”, in *Actas do IV Congresso Internacional de Latim Medieval Hispânico (Lisboa, 12-15 de Outubro de 2005)*, Lisboa, Centro de Estudos Clássicos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2006, pp. 545-552.

⁵⁰ ANTT, *Gavetas*, IX, Maço 10, Doc. 27. Veja-se o apêndice documental, Nº II.

Santarém e de Abrantes [Doc. 5]⁵¹. Por este caderno verificamos que o exercício da administração e da fiscalidade obrigava os oficiais régios da chancelaria ao manuseamento eficaz do arquivo real especialmente num arco cronológico que remontava a D. Sancho I, ao avô do rei, D. Afonso II, e aos reinados de seu tio e de seu pai.

A segunda peça que cumpre evidenciar é mais ampla. Trata-se do “Caderno em que estão escritas varias apresentações de ElRey D. Diniz que principiou em Julho de 1319, e acabou em 21 de Mayo da era de 1359”⁵². Muito embora o arquivista que, em Setecentos, lançou o mencionado sumário na folha de rosto, classifique este documento materialmente como um caderno, a verdade é que estamos perante um tombo ou volume em pergaminho com 61 fólhos⁵³. A sua importância, antes de mais, deriva de se tratar de uma peça original que nos permite ter um conhecimento mais amplo do que foi o funcionamento da chancelaria régia dionisina.

Trata-se do *tomus* do registo das cartas de apresentações de clérigos, pelo monarca, entre 1281 e 1321, nas igrejas de que era padroeiro em todas as dioceses portuguesas desse tempo (Braga, Porto, Lamego, Viseu, Guarda, Coimbra, Lisboa, Évora, Silves, devendo mencionar-se, também, a parte portuguesa da diocese de Tuy) e, ainda, nalgumas igrejas do bispado de Orense.

Os lançamentos dos registos das cartas de apresentação de clérigos são feitos com respeito pela cronologia, ano após ano, a partir de 1281, estendendo-se até ao ano de 1321. Faltam, todavia, os fólhos com os registos relativos aos anos de 1297, 1298, 1317, 1318, 1319 e 1320. O ano de 1321, nesta fonte, está incompleto. Primitivamente este tombo contava com mais de 60 fólhos. As mexidas e recomposições a que o manuscrito foi sujeito, sobretudo em Quinhentos, são observáveis pelas numerações

em algarismos modernos que foram lançadas nos seus fólhos. Alguns desses fólhos foram renumerados, como se poderá observar pelo quadro que se segue. Os fólhos relativos ao ano de 1308, por seu turno, encontram-se deslocados da sua primitiva ordem, aparecendo com a numeração moderna de fls. 29 a 30, posto que devessem entrar, na verdade, após os registos relativos ao ano de 1307, ou seja, entre os fls. 46v.º e 47 atuais⁵⁴.

Devem ter constituído elementos integrantes deste *tomus* os cadernos de idêntico teor que se encontram no mesmo fundo da Torre do Tombo, a saber, *Gavetas*, XIX, Maço 3, Doc. 47 (caderno com listas de apresentações de igrejas de 1279 a 1281), Maço 1, Doc. 13 (com registos de apresentações para os anos de 1317 a 1321) e Maço 6, Doc. 31 (com registos dos anos de 1317 a 1319)⁵⁵.

A necessidade de informar determinadas apresentações de clérigos nas igrejas do padroado real levou os amanuenses da chancelaria régia, por vezes, a lançarem na íntegra as cartas régias de apresentação dos beneficiados, sempre dirigidas aos prelados ou aos administradores dos bispados e institutos religiosos, na ausência daqueles, bem como a recolherem, igualmente na íntegra, cartas destes, dirigidas ao monarca, confirmando a instituição do agraciado na posse do benefício, assinalando e narrando as condições da apresentação do clérigo e formalizando, como escrevemos, a respetiva confirmação no benefício para que fora indigitado.

⁵¹ ANTT, *Gavetas*, IX, Maço 10, Doc. 27. Apêndice documental, Nº II.

⁵² ANTT, *Gavetas*, XIX, Maço 14, Nº 3. Veja-se o apêndice documental, Nº I.

⁵³ 60 fólhos numerados a que se soma o fólho de rosto [F. A].

⁵⁴ É possível que os fólhos em falta se encontrem nalguma das *Gavetas* da Torre do Tombo. Só uma pesquisa mais exaustiva, a que não pudemos proceder até ao momento, todavia, poderá ser conclusiva nesta matéria.

⁵⁵ Bernardo Sá Nogueira, “A organização do padroado régio dionisino...”, cit., p. 423.



Registo de cartas de apresentação de clérigos em igrejas do padroado real: 1283 a 1321		
ANTT, <i>Gavetas</i> , XIX, Maço 14, Doc. 3		
Ano	Nº de registos	fólios
1281	6	1
1282	24	1-2
1283	19	2-2v. ^o
1284	38	2v. ^o -4
1285	40	4-5
1286	33	5v-6v. ^o
1287	29	7-7v. ^o
1288	34	8-9
1289	27	9-9v. ^o
1290	31	10-10v. ^o
1291	45	10v-13
1292	42	13-16
1293	44	16-20v. ^o
1294	43	20v. ^o -23
1295	26	23v. ^o -25
1296	50	25v. ^o -28v. ^o
1297	-	-
1298	-	-
1299	23	31-32 [antigos fls. 29-30]
1300	25	32v. ^o -33v. ^o [ex 30v. ^o -31v. ^o]
1301	40	34-36 [ex 32-34]
1302	30	36v. ^o -38
1303	33	38-39v. ^o
1304	25	39v. ^o -40v. ^o
1305	24	40v. ^o -41v. ^o
1306	46	41v. ^o -43v. ^o
1307	58	44-46v. ^o
1308	32	29-30v. ^o [ex 33-34v. ^o]
1309	21	47-47v. ^o
1310	41	48-49v. ^o
1311	37	49v. ^o -51
1312	23	51-52
1313	53	52v. ^o -54v. ^o
1314	51	54v. ^o -56v. ^o
1315	27	57-58 [e fl. Av. ^o]
1316	31	58v. ^o -59v. ^o [e fl. Av. ^o]
1317	-	-
1318	1	[Fl. Av. ^o]
1319	-	-
1320	-	-
1321	19	60-60v. ^o
Total	1142	-

Contabilizamos um total de 1142 registos na sua maioria lançados em ementa ou em sumário,

em latim ou em língua vernacular, seguindo fórmulas estáveis como as seguintes:

[Fl. 1]

“In Era M^a CCC^a XX^a.

Presentavit dominus Rex Johaniem Petri clericum ad ecclesiam sancti Mathei de Guimarancellis Bracharensis diocesis XXIX die julii.

Presentavit dominus rex Stephanum Laurencii suum clericum ad ecclesiam sancti Michaelis de Ermamar Lamecensis diocesis. Vltima die julii.

(...)

[Fl. 7]

In Dei nomine amen. Era M^a CCC^a XXV^a.

(...)

Item dedit dominus Rex Petro Pelagii suo procuratori capellam que uocatur sancte Marie de Mirleu de Guardia cum suis pertinentiis in tota vita sua. XIII^a die marcii.

(...)

[Fl. 17v]

Item presentavit domnum Gomecium Fernandi decanum Bracharensis ad ecclesiam de Crasto Roupal diocesis Bracharensis. XXIII^a die junii. Et predictus decanus debet duscere confirmationem ad cancellariam quando eam abuerit confirmata.”

Muito embora apareçam cartas régias ou dos seus oficiais, integralmente lançadas, em língua vulgar, a partir de 1291 (fl. 12v)⁵⁶, o

⁵⁶ “Sabham quantos esto virem, que eu Francisque Anes scrivam del rey <Dom Denis> vi hũa carta do muy onrrado Dom Johanne pela graça de Deus arcebispo de Bragaa seelada de seu seelo pendente, da qual o teõr tal e: J(ohannem) permissione divina Bracharensis archiepiscopus. Omnibus parrochianis ecclesie sancte Christine de Ceruis, salutem et benedicionem. Sapiatis quod nos ad presentationem domini regis confirmamus ipsam ecclesiam sancte Christine Laurentio Petri presbitero. Vnde mandamus uobis quod recipiatis eum in prelatum et pastorem uestrum et faciatis ei reuerentiam et honorem sicut prelado uestro, et deditis ei omnes

formulário de registo só adota o português a partir do ano de 1296, recorrendo às formulas padronizadas que se exemplificam:

“[Era M^aCCC^aXXXIII^a]

[Fl. 26v]

Presentou el Rey Gil Perez seu clerigo aa sa egreia de Sancta Maria de Penacova do Bispado de Coimbra. XXVII dias de mayo.

[Fl. 27]

(...)

Item deu el Rey sa carta pera o Abade de Pedroso per que lhi deu poder que quando algũa egreia vagasse no bispado do Porto des C libras a iuso que presentasse a ella en nome del Rey, Stevam Martiinz irmão de Petro Martiinz mestre scola do Porto, e que rogava o Bispo que lha conformasse aa sa presentaçom. E se mais valesse ca C libras que a presentaçom nom valesse. E o dicto mestre scola prometeu que tanto que seu irmão ouvesse essa egreia que logo enviasse el Rey a confirmaçom dela. XII dias de joyinho.”

Por vezes, os oficiais da chancelaria davam nota do contencioso entre o rei e os ordinários diocesanos a propósito dos direitos de padroado em certas igrejas, registando os resultados desses pleitos, como se lê, por exemplo, a fl. 37:

“Estas egreias son del Rey sen contenda e arcebispo dom Martinho de Bragaa enviou dizer a el Rey que as confirmara a sa presentaçom.

decimas et primicias et alia iura et directum ipsius ecclesie, et nos excomunicamus omnes contradictores et rebelles et concedimus ei quod postquam pro sibi (?) decimis et directuris excommunicare ex parte nostra rebellis. Datum apud Dornelas VI^o nonas marcii. Era M^a. CC^aLXXX.VI^a. E eu sobredito Francisque Anes de mandado do dicto rey registrey esta carta com mha mão propria. Feria VI^o des e sex dias de novembro, no Crate. Era de mil e trezentos e viinti e nove anos.” (Fl. 12v).

In primo Santa Maria da Ribeyra que val IIII^c libras.

Item San Oane de Trabaceyro que val IIII^c libras.

Item a egreia de Caçerellos que val XX libras.

Item a egreia de Penela que val XX libras.

Item a egreia de Ala que val CL libras.

Item a egreia de Velarinho que val C libras.

Item a meyadade da egreia de Sancto Cibrão de Avelaeda da par de Bragança.

Estas egreias son en contenda.

Revordaos foy confirmada a apresentaçom del Rey e anda aynda en demanda.

Item Cadaendo foy dada de seu ofizio do arcebispo e andam en demanda.

Item Izeda poserom os presentados o seu deryto en o Arcebispo.”⁵⁷

Noutras situações, os registos eram cancelados, em sinal de alteração das condições que garantiam o provimento do beneficiado⁵⁸. É conhecida a carta, com data de 10 de fevereiro de 1298, em Lisboa, pela qual D. Dinis declarava a todos os prelados e cabidos das catedrais do reino revogar todas as cartas de apresentação “que eu dei adeantadas e per que apresentaua a alguas igreias dos vossos bispados alguns clerigos”⁵⁹.

⁵⁷ Um outro exemplo a fl. 46: “Estas som as eygreias que Joham Martiinz procurador del rey en Bragáa vençeo por del Rey convem a saber: a eygreia de San Salvador da pena. A eygreia de San Oane de Covas que e en terra de Panoyas. A eygreia de San Nicoláo de Carrazede que e em Montes Negro. A meyadade de San Martinho de Bornes que e en terra de Jugal. A eygreia de Argeriz que e en Monte negro. A meyadade da eygreia de Tras Açeyro.”

⁵⁸ Encontramos exemplos deste cancelamento, por exemplo, nos fólhos 11, 12v, 20v, 23, 25, 28, 42, 51-53 e 54-54v.

⁵⁹ Publicada por Bernardo Sá Nogueira, “A organização do padroado régio dionisino...”, p. 441. A revogação de cartas e doações, por D. Dinis, não foi um gesto político incomum. Vd. a anulação das doações feitas pelo monarca, anteriores a 1283, referida por José Augusto de Sottomayor-Pizarro, *D. Dinis*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2005, p. 92.



Os 1142 registos assinalados para os anos de entre 1281 e 1321, na fonte que privilegiamos neste estudo, atestam a relevância que a produção destes diplomas conhecia na chancelaria régia dionisina e explicam, em parte, terem merecido tratamento burocrático particular, posto que a singularidade desta esfera de produção documental se deva integrar no universo das dinâmicas organizacionais da chancelaria real desse tempo. Pela emissão destas cartas de apresentação, D. Dinis assegurava direitos e privilégios a uma vasta rede clientelar de clérigos, com ou sem ordens maiores, por vezes pessoas de elevada posição no seio da hierarquia eclesiástica, dos quais obtinha lealdade e serviço.

A integração deste setor documental, especificamente dedicado à produção, emissão e arquivamento de cartas de apresentação de clérigos em igrejas e benefícios do padroado real, no universo complexo da chancelaria real, fica bem afirmada pela abertura do fólio 1, na qual se menciona a restituição dos selos do senhor rei, pelo próprio soberano a Domingos Eanes, seu chanceler:

“Era M^oCCC^o XIX. Sabato. XIX^a die julii. Restituta fuerunt sigilla domini regis Dionisii, Dominico Iohannis, suo cancellario, per eundem regem.”

O ato de restituição dos selos reais, por D. Dinis, ao chanceler, recordado na abertura deste antigo código, acautelará, cremos, a legitimidade da prática de selagem dos diplomas reais, mormente das cartas de apresentação de clérigos, consagradas neste volume, independentemente de poder encerrar, enquanto informação, algum dado ou acontecimento político menos exposto que tenha justificado, em momento anterior, a cassação dos selos e a sua posterior entrega à guarda do chanceler. Detentor da guarda dos selos, o chanceler Domingos Eanes, a partir desse sábado, dia 19 de julho de 1281, podia mandar selar os diplomas reais queurgia validar e promulgar para a corrente administração do reino.

A par dos registos sumários aparecem, algumas vezes, lançamentos integrais das cartas régias,

em latim ou em português, num formulário em que se valorizam as cláusulas do *addressio* e da *salutatio*, como nos exemplos, “Reuerendo in Christo patri domno Tello eadem gratia archiepiscopo Bracarenis uel vicariis seu vicario ejusdem et sincere dilectionis affectum”, em carta de 8 de outubro de 1286 (fl. 6). Formulário esse retomado em carta dirigida ao bispo de Évora, com data de 11 de agosto de 1316 (fl. 59v.^o) ou “Discretis viris vicariis Bracharensis salutem et gratiam”, em ato de 28 de novembro de 1293 (fl. 20)⁶⁰.

Este tipo de *addressio* solene manter-se-á nas cartas redigidas em português com maior ou menor recorte retórico: “A vos vigayros de Bragáá saude e graça” (21 de maio de 1330) (fl. 18v.^o), “Ao onrrado em Christo don . . . per essa méésma graça Bispo de Evora, saude come aaquel que mais amo e en que muyto fio” (12 de novembro de 1295) (fl. 25), “Ao honrrado em Christo Dom Martinho per essa méésma graça arcebispo de Bragáá, saude e amor, come amygo que muyto amo e de que muyto fio” (20 de janeiro de 1296) (fl. 25v.^o) ou, ainda, “Ao honrrado en Christo Dom Oanne per essa meesma graça bispo de Tuy ou aos seus vigayros saude e graça” (31 de agosto de 1310) (fl. 52v.^o).

Importa-nos realçar, neste breve estudo, as cláusulas de endereço e de saudação dos atos diplomáticos dionisinos. Estas cláusulas de redação diplomática revelam-se particularmente ricas nas cartas de apresentação de clérigos em benefícios do padroado real. O discurso régio consagrado nos diplomas originais revela-se sempre mais complexo e rico, ideológico mesmo, do que quando se metamorfoseia, e empobrece, em registos e cópias subsequentes⁶¹. Cláusulas que

⁶⁰ Publicamos estes documentos no apêndice documental, Nº 1.

⁶¹ Os atos diplomáticos emanados da chancelaria régia dionisina são obviamente portadores de noções ideológicas e jurídicas complexas. A aparente simplicidade dos cânones da composição diplomática redatorial desses atos é, também ela, significativa do ponto de vista do significado histórico do exercício administrativo do poder por D. Dinis. Vd. Armando Luís de Carvalho Homem, “*Dionisius et Alfonsus Dei gratia*

contrastam, como pudemos referir, com a contida objetividade que predomina nos formulários dos atos coligidos, em cópia, nos livros de registo da chancelaria de D. Dinis nos quais é notória a ausência da saudação e os endereços são, por norma, universais, determinantes e imperativos (v. g., “Sabham quantos...”, “Sabam todos...”, “Noverint universi...”). Investigações futuras mais pormenorizadas poderão evidenciar se essas limitações diplomáticas, nos livros de registos, resultam de abreviação sistemática dos copistas da Torre do Tombo, se traduzem antes um traslado fiel, posto que nunca total, da documentação régia produzida no longo e profícuo reinado dionisino.

Apêndice documental⁶²

Nº I

[1286-1316]

Exemplos de cartas régias de apresentação de clérigos, pelo rei D. Dinis, em igrejas do seu padroado.

Doc. 1

1286, Coimbra, Outubro, 8

D. Dinis apresenta Lourenço Domingues, seu clérigo, na igreja de Santa Maria de Vale Benfeito, na diocese de Braga.

Lisboa, ANTT, *Gavetas*, XIX, Maço 14, Doc. 3, fl. 6

Domnus Dionisius Dei gratia rex Portugaliae et Algarbii. Reuerendo in Christo patri domno Tellio eadem gratia archiepiscopo Bracarensis uel vicariis seu vicario ejusdem et sincere dilectionis affectum. Ad ecclesiam meam sante Marie de Val Benfeyto uestre diocesis vobis Laurentium Dominici clericum prescrito, vos rogassem que ipsum in dicta ecclesia

⁶² Seguimos, grosso modo, os critérios de publicação de fontes propostos por Avelino de Jesus da Costa, *Normas Gerais de Transcrição e de Publicação de Documentos Medievais e Modernos*, 3.^a ed., Coimbra, Instituto de Paleografia e Diplomática da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1993. Temos, por isso, em atenção que há soluções diferentes consoante se trate de textos latinos ou em língua vernacular. Respeita-se o texto documental sem adulteração do mesmo, mas com aplicação de princípios que permitam a sua inteligibilidade, desdobrando abreviaturas, atualizando maiúsculas e minúsculas, o emprego de alguma pontuação e a abertura de alíneas. As grafias de i e j, em documentos latinos, são sempre vocálicas e nunca fricativas, razão por que as mantemos na transcrição desses textos, normalizando-se, todavia, o seu emprego nos textos em vernáculo; o mesmo para as grafias u e v. Não alterámos a forma dos numerais com exceção do X' aspado, transliterado da seguinte forma: X(XXXX). No caso das vogais duplas, frequentemente escritas nos documentos com sinais diacríticos de geminação, mantemos essas grafias, algumas delas, como em éesse ou em méesimo, com valor fonético medieval próprio de crase e não de nasal.

reges et communis utilitatis gratia legiferi”, in *Revista da Faculdade de Letras*, II série, Vol. XI, 1994, pp. 11-110.



instituat is et in littera institutionis quem sibi dederitis fiat mentio quod ad meam presentationem instituistis in eadem. Datum Colimbrie viij^o die octubris. Regem mandante per cancellarium. Dominicus Petri notauit. Era M^a. CCC^a. xxiiij^a.

Doc. 2

1292, Coimbra, Maio, 21

D. Dinis mantém, na igreja de S. Simão de Montesinhos, Marçom Anes, abade de S. Miguel de Caldas, da diocese de Braga.

Lisboa, ANTT, *Gavetas*, XIX, Maço 14, Doc. 3, fl. 18v.^o

Dom Denis pela graça de Deus rey de Portugal e do Algarve. A vos vigayros de Bragáá saude e graça. Sabede que a mim fezerom entender peçanha que a eygreia de San Symom de Montesinhos fora abadada en outro tempo e que eu apresentey sempre nela. E eu apresentey a ela Joham Dominguz clerigo de Ataagildi e mandey vos dizer per mha carta que o confirmassedes a ela a mha petiçom, e Marcom Anes abade da mha eygreia de San Micahel de Caldas mi disse que essa eygreia de San Symon era chamada desse San Migahel e que stava en possisson dela per gram tempo e pidiu mi por merçéé que mantevesse áá posse en que stava dela. E eu querendo lhy fazer merçéé mando que non obredes pela carta da apresentaçom que eu dey ao dicto Joham Dominguez e que ele ste en posse dela, pero que fique a mim salvo d'apresentar depouys a ela assy como for directo. En testemoyngo desta cousa dey ao dicto Martim Anes esta carta. Dada en Coynbra. Viinti e huum dia de mayo. El rey o mandou per Dom Joham Martiinz de Soyilhaães seu clerigo. Lopo Affonso a fez. Era de mil e trezentos e triinta anos.

Doc. 3

1292, Coimbra, Maio, 24

D. Dinis determina a Domingos Pais, seu procurador no arcebispado de Braga, que fossem apresentados três clérigos, a serem nomeados por Mestre Domingos, arcediogo bracarense, em três igrejas que viessem a vagar nesse dito arcebispado, rendendo cada uma 100 libras, ou duas, rendendo cada uma 150 libras, na diocese de Braga.

Lisboa, ANTT, *Gavetas*, XIX, Maço 14, Doc. 3, fl. 18

Dom Denis pela graça de Deus rey de Portugal e do Algarve. A vos Domingos Paaez meu procurador no Arcebispado de Bragaa saude. Sabede que eu mandey a Affonso Rodriguez meu vasalo (?) que as primeyras tres eygreias que vagassem en Bragança e en Miranda en que eu ouvesse dereyto de presentar que valessem Cen, Cen libras ou duas que valessem cada hũa CL libras apresentasse áás tres eygreias de Cen, Cen libras tres clerigos quaes lhis mandasse Maestre Domingos arcediagoo de Bragáá ou que presentase áás duas eygreias que valessem cada hũa CL libras dous clerigos quaes lhy nomeasse esse arcediagóó. E pediu mi por merçéé que vos mandasse que os apresentassedes vos a elas. E eu querendo lhy fazer graça e merçéé mando vos que as primeyras tres eygreias que vagarem en esse arcebispado en que eu aia directo de presentar que valha cada hũa CL libras e nom mais que presentedes a elas dous clerigos quaes vos nomear esse arcediagóó. E se essas eygreias ou cada hũa delas mais valerem ca esto que eu mando; mando que a apresentaçom nom valha. E esto faço a esse arcediagóó de graça e por serviço que mi faz. Dante en Coynbra XXIII dias de mayo. El rey o mandou per Don Joham Martiinz de Soyilhães seu clerigo. Lopo Affonso a fez. Era de mil trezentos e triinta anos.

Doc. 4

1293, s.l., Novembro, 28

D. Dinis apresenta Gomes Fernandes, deão de Braga, numa igreja da terra de Bragança que ele queira aceitar.

Lisboa, ANTT, *Gavetas*, XIX, Maço 14, Doc. 3, fl. 20

Dionisius Dei gratia Portugaliae et Algarbii rex. Discretis viris vicariis Bracharensis salutem et gratiam. Ectendens deuota obsequia que mihi Gomecius Fernandi decanus Bracharensis impendit et ob hoc ualeas sibi facere gratiam specialem uolo et mando quod ipsum instituatis in rectorem ecclesie quam ipse in terra de Bragancia nomine meo duxerit acceptandam et uolo quod ipsa acceptatio quod presentatione habeatur. Et uolo quod si alia presentatio mea in contrarium aparebit seu iuris mei demicto acceptationi ejusdem decanum nullum posset preiudicium grauari. Regem mandante per Gonsaluum Fernandi clericum suum. Matheum Iohannis fecit. Datum xxviiij die novembris. Era. xxxj^a.

Doc. 5

1295, Coimbra, Maio, 12

D. Dinis apresenta Mestre João, físico da rainha sua mãe, uma igreja, no bispado de Lisboa, a primeira que vagasse e que rendesse entre 400 e 500 libras.

Lisboa, ANTT, *Gavetas*, XIX, Maço 14, Doc. 3, fl. 23v.^o

Don Denis pela graça de Deus rey de Portugal e do Algarve. Ao onrrado padre in Christo Dom Johane per essa meesma graça bispo de Lixbõa, saude come aquel que muyto amo e en que muyto fio. Sabede que eu vos dou poder que a primeyra mha eygreia que vagar em vosso bispado que valha em renda des quatrocentas ata quinhentas libras que a confirmedes a Maestre Johane fisico da

Reynha mha madre, sen outra presentaçom miã que ia sobresto veiades, ca eu vo lo dou por presentado <per esta mha carta>. E en a carta da confirmaçom que lhy derdes fazede mençom que a mha presentaçom lha confirmades. Dante em Coimbra, doze dias de mayo. El rey o mandou. Afonso Martiinz a fez. era de Mil CCC^a xxxiiij anos.

Doc. 6

1295, Moura, Novembro, 12

D. Dinis manda ao bispo de Évora que confirme Gil Lourenço, clérigo raçoeiro de S. Salvador de Elvas, na primeira igreja dessa vila que ficasse vaga.

Lisboa, ANTT, *Gavetas*, XIX, Maço 14, Doc. 3, fl. 25

Dom Denis pela graça de Deus rey de Portugal e do Algarve. Ao onrrado em Christo don . . . per essa méésma graça Bispo de Evora, saude come aaquel que mais amo e en que muyto fio. Sabede que eu querendo fazer bem e mercéé a Gil Lourenço clerigo raçoeyro da mha eygreia de Sam Salvador de Elvas filho de Lourenço Pirez do meu poder compridamente a Stevam Pirez de Marvam e a Rodrigue Anes d'Armez e a cada huum deles per sy que ambos ensinbra ou cada huum deles presentem em meu nome o dicto Gil Lourenço áá primeyra mha eygreia que vagar em essa vila d'Elvas. Por que vos rogo que a apresentaçom que eles ou cada huum deles fezerem ao dicto Gil Lourenço da primeyra mha eygreia que vagar em Elvas que vos que o confirmedes ééla. E na letra que lhy derdes dessa confirmaçom fazede hy mendom que lha confirmades áá mha presentaçom. E mando que se per ventura parecer outra mha carta per que eu presente depouys outrem aa primeyra eygreia que vaguar ééssa vila d'Elvas que nom valha. dante em Moura. doze dias de novembro. El Rey o mandou. Manuel Anes a fez. Era de mil e trezentos e triinta e tres anos.



Doc. 7

1296, Lisboa, Janeiro, 20

D. Dinis concede ao arcebispo de Braga o direito de apresentar quem quisesse na igreja de S. Pedro de Elvas, logo que nela vagasse benefício.

Lisboa, ANTT, *Gavetas*, XIX, Maço 14, Doc. 3, fl. 25v.^o

Don Denis pela graça Deus rey de Portugal e do Algarve. Ao honrrado em Christo Dom Martinho per essa méésma graça arcebispo de Bragáá, saude e amor, come amygo que muyto amo e de que muyto fio. Sabede que eu querendo fazer vosso rogo, tenho por bem e outorgo que quando a mha eygreia de Sam Petro d'Elvas vagar que apresentedes vos a ela em meu logo quem vos quiserdes. E outrossy rogo Dom Petro bispo d'Evora ou seus vigayros que confirme ééla esse que vos presentardes e na letra da confirmaçom que lhy derem façam mençom que aa mha presentaçom e confirmam ééla. En testemunho desta cousa dou vos ende esta mha carta. Dante em Lixbõa vinte dias de janeiro. El rey o mandou pelo Bispo d'Evora. Joham Andre a fez. Era de mil e trezentos e trimta e quatro anos.

Doc. 8

1296, Lisboa, Janeiro, 28

D. Dinis concede a Fernão Martins, seu clérigo e tesoureiro na Sé de Braga, o direito de apresentar um clérigo na primeira igreja que vagasse do arcebispado desde que valesse até 150 libras de renda.

Lisboa, ANTT, *Gavetas*, XIX, Maço 14, Doc. 3, fl. 26

Don Denis pela graça de Deus rey de Portugal e do Algarve. Ao onrrado em Christo padre Dom Martinho per essa méésma graça arçebispo de Bragáá, saude come aaquel que muyto amo e en que muyto fio. Sabede que eu querendo

fazer bem e merçéé a Fernam Martiinz meu clerigo vosso tesoueyro, dou a el comprido poder que possa presentar em meu nome huum seu clerigo áá primeyra eygreia myã que vaguar no vosso arcebispado que valha ata CL libras. Porem vos rogo que o clerigo que el hy presentar em meu nome que vos o confirmedes ééla. E na carta que lhy derdes vossa da confirmaçom fazedo hy põer que o confirmades áá mha presentaçom e agradecer vo lo ey. Dante em Lixbõa. Viinte e oyto dias de janeiro. El rey o mandou. Manuel Eanes a fez. Era de mil e trezentos e trinta e quatr[o] anos.

Doc. 9

1296, Lisboa, Fevereiro, 1

D. Dinis dá a Monio Fernandes, seu clérigo, morador em Miranda, uma igreja que viesse a vagar no arcebispado de Braga.

Lisboa, ANTT, *Gavetas*, XIX, Maço 14, Doc. 3, fl. 26

Don Denis pela graça de Deus rey de Portugal e do Algarve. Ao honrrado em Christo Dom Martinho per essa méésma graça arcebispo de Bragáá, saude e graça, como arcebispo que muyto amo e en que muyto fio. Sabede que mha voontade he de dar hũa eygreia a Monyõ Fernandiz meu clerigo que mora em Miranda, porque dou a vos poder que o apresentedes áá primeyra eygreia que vagar no vosso arçebispado des trezentas libras a iuso, e na letra da confirmaçom que lhy derdes fazedo mençom que o confirmades eéla áá mha presentaçom. En testemoynho desto dey ende a el esta carta. Dante em Lixbõa primeyro dia de fevereiro. El rey o mandou. Domyngos Eanes a fez. Era de mil e trezentos e trinta e quatro anos.

Doc. 10

1300, Coimbra, Fevereiro, 9

D. Dinis, padroeiro de metade da igreja de S. Pedro de Segadães, concorda-se com os outros padroeiros dessa igreja, para que fosse ele a apresentar, por morte do prior da mesma, Martim Lourenço, novo clérigo.

Lisboa, ANTT, *Gavetas*, XIX, Maço 14, Doc. 3, fl. 32v.º

Don Denis pela graça de Deus rey de Portugal e do Algarve. A quantos esta carta virem faço saber como contenda fosse antre mim da hũa parte e Pero Neto e Pedre Annes procuradores dos padrões da eygreia de San Pedro de Sagadões da outra, sobre a presentaçom da dicta eygreia, aa tal aveença veeemos que como quer que eu ouvese de presentar aa meya da dicta eygreia e eles aa outra meya, que eu apresentasse agora esta vez a essa eygreia que agora he vaga per morte de Martim Lourenço que foy priol dessa eigreia, e des aqui adeante a primeyra vez que vagar que er presentem os dictos padrões outra vez quem tenerem por bem. E des aly adeante ficar a mim e a eles aguardado o nosso directo pera apresentarmos cada huum pela sa parte assy como ata aqui presentamos. En testemuynho desta coussa dey aos dictos padrões esta mha carta. Dante en Coinbra nove dias de fevereyro. El rey o mandou pelo Chanceler. Affonso Martiinz a fez. Era de mill trezentos trinta e oyto anos.

Doc. 11

1300, Lisboa, Julho, 16

D. Dinis apresenta João de Alprão, seu clérigo, na ermida que tinha em Vila Corça do Cabo Monsanto.

Lisboa, ANTT, *Gavetas*, XIX, Maço 14, Doc. 3, fl. 18v.º

Dom Denis pera graça de Deus rey de Portugal e do Algarve. A quantos esta carta

virem faço saber que eu dou e outorgo a Joham d'Alpram meu clerigo a mhã ermida ... (?) de Vila Corça que e Cabo Monsancto, que el a aia e posoya a dicta ermida com todos seus directos e com todas sas perteenças en todolos dias de sa vida. En testemoyngo da qual cousa dey ende a ele esta mha carta. Dada en Lixbõa XVI dias de julho. El Rey o mandou per Maestre Petro chanceler da Reynha. Ayres Perez a fez. Era de mil e trezentos triinta e oyto anos.

Doc. 12

1310, Lisboa, Agosto, 31

D. Dinis apresenta e confirma João Mendes, clérigo, na igreja S. João de Rio Frio, da diocese de Tuy, posto que essa igreja tivesse pertencido à bailia de João Mendes, comendador que fora da mesma, e de Nisa, pela Ordem do Templo, “porque os freyres non son em posse dos seus logares”.

Lisboa, ANTT, *Gavetas*, XIX, Maço 14, Doc. 3, fl. 52

Don Denis pela graça de Deus rey de Portugal e do Algarve. Ao honrrado en Christo Dom Oanne per essa meesma graça bispo de Tuy ou aos seus vigayros saude e graça. Sabede que Johane Mendiz clerigo de Rio Frio mi mostrou huum stormento facta per maão de Stevam Martinz notayro de Tuy en que era conteudo que Gonçalo Fernandiz freyre da hordem do Tenpre comendador de Rio Frio e de Nisa apresentara o dicto Johane Mendiz no tempo que el tiinha essa baylia aa eygreia de San Oanne de Ryo Frio e enviava nos rogar per sa carta que o confirmassedes eela. E ora desse mi o dicto Johane Mendiz que porque os freyres non son em posse dos seus logares que vos que non queredes confirmar sem mha presentaçom. E eu tenho por bem que apresentaçom que o dicto comendador fez oo dicto Johane Mendiz de a aver por firme e outorgar quanto em mim, e rogo vos que o confirmedes na dicta eygreia asy como



usavades confirmar en tempo dos freyres e agradecer vo ley muyto. En testemoyngo desto dei ao dicto Johane Mendiz esta mha carta. Dante en Lixbõa prestumeyro dia d'agosto. El rey o mandou per Gonçalo Anes dayom de Bragaa <seu clerigo>. Joham Dominguez a fez. Era de mil trezentos quareenta e oyto anos.

Doc. 13

1316, Lisboa, Agosto, 10

D. Dinis apresenta Monio Peres, abade de Santo Emitério, em benefícios das igrejas de Santa Maria e de S. Salvador de Serpa e de Santa Maria e de S. João de Moura, na diocese de Évora.

Lisboa, ANTT, *Gavetas*, XIX, Maço 14, Doc. 3, fl. 59v.^o

Dionisius Dei gratia rex Portugaliae et Algarbii. Reverendo in Christo dono G(eraldo) eadem gratia episcopo Elborensis uel vicariis seu vicario eiusdem salutem et scincere dilectionis affectum, ad ecclesias meas sancte Marie et sancti Saluatoris de Serpa et sancte Marie et sancti Johanis de Moura vestre diocesis discretum virum Munionem Petri abbatem sancti Emitterii cum a sede apostolica habere dicatur sufficientem dispensacionem ut easdem ecclesias possit libere recipere ac eas com dicta abbacia licite retinere, vobis presento. Vos rogans quatinus ipsum in dictis ecclesiis instituatis et in litera institucionis quantum sibi dederitis fiat mencio quod ipsum ad meam presentacionem instituatis in eisdem. Datum Vlixbone, vndecima die augusti, rege mandante. Johannes Michaelis notuit. Era Millesima triscentesima quinquagesima quarta.

Nº II

[1304-1308...-...1325⁶³]

Registos de documentos e assentos, da chancelaria de D. Dinis, sobre colheitas, direitos reais na alfândega de Atouguia [da Baleia], número dos besteiros do conto em Abrantes e em Santarém, privilégio do Mestre da Ordem de Santiago de isenção de colheita real nos lugares de Cabrela, Alvalade e Panóias e contrato com o concelho de Linhares sobre o pagamento da colheita real.

Lisboa, ANTT, *Gavetas*, IX, Maço 10, Doc. 27

[Doc. 1]

⁶⁴ **Concertado.**

Salzeda. Concertado com outro livro honde se achou stprito com as outras colheitas do Regno e portanto he escusada.

Hec est collecta quam debit dare domino regi de Salzeda. In primo unam vacam et duos porcos et quinque carnários et duos cabritos et duos leytones et xvj gallinas e C oua. Et inter pimentam et ceram i morabitanos. Et CCC panes et in alia parte xij panes proad quoquinam. Et duos módios de vino. Et v^e modios de ceuada. Et i almude de manteyga. Et aliud almude de vinagre. Et aliud de sale. Et aliud de melle. ⁶⁵ Et de farina milij i almudem. Et iij restes de cebolis. De alijs i reste. De lino ij^{as} manus. De denarijs ij^{os} soldos et dimidium.

⁶³ Este caderno não apresenta data explícita. Os documentos datados de D. Dinis que insere são de 1304 (Doc. 7) e 1308 (Doc. 8). Todos os demais não apresentam data, com exceção dos traslados de atos de D. Sancho I e de D. Afonso II. As datas de referência mais plausíveis para a composição deste caderno deverão situar-se entre aqueles milésimos e, naturalmente, o termo do reinado dionisino.

⁶⁴ Em mão quinhentista, da Leitura Nova.

⁶⁵ Riscou: “Et de farina iij almudes”.

[Doc. 2]

⁶⁶ **Del rey e cabiido de Coimbra sobre dizimas.**

In Dei nomine. Notum sit omnibus presentes licteras inspecturis quod cum inter domnum Sancium secundum illustrem regem Portugaliae ex una parte et T(ibertium) electum et capitulum Colimbriensis nomine ecclesie Colimbriensis ex altera super decimis monetarum et super aliis decimis regalibus ab illustris memorie Alfonsi patre regis ipsius collatis et super ecclesiis parrochialibus ad regem spectantibus in docesis Colimbriensis quod omnia dicti electus et capitulum ex donatione inclite recordationis Alfonsi ejusdem regis pro aui ad ecclesiam Colimbriensis pertinere dicebat olim ecclesie Colimbriensi controversia uerteretur tandem inter ipsos de beneplacito utriusque partis talis compositio intercessit uidelicet quod dominus rex prefactus pro predictis decimis ecclesiis et aliis spiritualibus uel spiritualibus annexis dedit et concessit ecclesie Colimbriensis ecclesiam de Auoo perpetuo possidendam plenarie cum omnibus pertinentiis⁶⁷ eiusdem et omnibus iuribus que ibi habebat uel habere de iure poterat ullomodo pro fructibus uero decimarum predictarum subtractis ecclesie Colimbriensis et aliis questionibus et capitulis suprascriptis contulit idem Rex et concessit ecclesie Colimbriensis villam et terram suam que dicitur Auoo in terra Sene cum collecta et anuduua iuxta cautum de Cogia et de Laurosa in perpetuum iure hereditario possidendam cum omnibus pertinentiis eiusdem et cum terminis suis nouis et antiquis et cum exitibus et regressibus suis cum aquis et pascuis et omnibus aliis que ad prestitum hominis sunt ad ipsa loca pertinentibus sicut habemus et habuit uel habere debuit idem Rex nihil iuris sibi retinens in eisdem itaque de cetero nec ipse nec successores sui per se uel per aliquos⁶⁸ ricos homines uel per alios vassalos maiordomos iudices seu quoscumque alios

⁶⁶ Por mão quinhentista, usando a escrita dos livros da Leitura Nova.

⁶⁷ Riscou: "suis".

⁶⁸ Riscou um: "h".

officiales aut subditos suos super prefatis, scilicet, super ecclesia et villa et cauto inquirant ecclesiam Colimbriensem aliqua ab ipsis quomodolibet exigendo uel extorquendo uel etiam in ipsis pausando se insuper et successores suos obligando ad defendendum predicta, scilicet, ecclesiam et villam et cautum ecclesie Colimbriensis contra omnem hominem qui super eis uel in toto uel pro parte siue de iure siue de facto Colimbriensem ecclesiam presumpserit infestare. Et predictam terram et villam cautauit Rex sepedictus per lapides ecclesie Colimbriensis sicut aliud cautum de Regno quod melius sit cautatum. Et hec omnia fecit dictus rex cum auctoritate et consensu consilii sui, dicti uero electus et capitulum Colimbriensis renunciauerunt omni petitione et omni actioni et omni iure quod super omnibus premissis sed super ecclesiis parrochialibus ad regem expectantibus in diocese Colimbriensis et decimis regalibus competebat eis siue ecclesie Colimbriensis uel competere uidebatur renuntiauerunt etiam omnibus instrumentis et cartis eisdem super premissis ab antecessoribus ipsius regis collatis supradicte ecclesie Colimbriensis re // [Fl. 1v^o] nuntiauerunt et omnibus instrumentis et litteris contra dominum regem pro predictis electo et capitulo siue ecclesie Colimbriensis super memoratis rebus et capitulis a sede apostolica hactenus impetratis.

Acta sunt hec Colimbrie iij^o kalendas Aprilis. Era M^a CC^a Lxx^a viij^a. Et ut hac firma et rata habeantur nos supradicti domnus Sancius rex Portugaliae et Tiburtius electus et capitulum Colimbriensis hanc cartam sigillis nostris fecimus communiri.⁶⁹

⁶⁹ Original existente em ANTT, *Cabido da Sé de Coimbra*, 2^a incorporação, Maço 64, Doc. 2356; ref^a e pub.: Sandra Virgínia Pereira Gonçalves Bernardino, *Sancius Secundus Rex Portugalsensis. A Chancelaria de D. Sancho II (1223-1248)*, tese de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2003, doc. 71, p. 324-325.



[Doc. 3]

⁷⁰ § **Quitamento da colheita ao Mosteiro de Sancta Cruz.**

In Dei nomine. Nouerint universi presentes licteras inspecturi quod ego Alfonsus Dei gratia rex Portugaliae et comes Bolonie vidi cartam inclite recordationis domni Sancii regis Portugaliae aui mei sub hac forma.

Sancius Dei gratia portugalensium rex. Petro eadem Colimbriensis episcopo et canonicis eiusdem sedis et Iohanni priori Sancte Crucis et conuentui ipsius monasterii, salutem. Sciatis quod amore Dei et beate uirginis Marie et ad petitionem domni Petri Bracarensis electi et domni F(ernandi) Alcobatie abbatis et domni Gomecii Ramiriz magistri Templi relaxo uobis collectam illam quam dare solebatis apud Aguii. Et concedo uobis firmiter et cunctis successoribus uestris in perpetuum ut nunquam illam detis mihi nec alicui de successoribus meis et ut semper sitis inde liberi, concedo uobis has cartas meas apertas sigilo meo munitas que facte fuerunt apud Sanctarene in die Natalis Domini. Era M^a. CC^a. xl. viij^a.

Concedo et firmiter ut nunquam de cetero collecta de Sancta Columba nec de Lourosa nisi semel in anno in unaquaque illarum cum me uel illum qui post me in Portugalia regnauerit pro ipsis villis transitum facere contingerit. Ad huc concedo canonicis supradictis ut habeant domos suas cautatas apud Colimbriam itaquod neque mei homines neque mei maiordomi neque homines mei pretoris neque alius quilibet homo audeat illas uel aliqua illarum contra uoluntatem canonicorum intrare aut aliqua inde abstrahere. Et pono tale cautum in domibus eorum tam in illis quis habunt de communi quam in propriis quod si aliquis contra hanc deffensionem nostra intrare presumpserit in illas uel in aliqua earum pectet inde .D. solidos et habeatur pro meo inimico. Preterea mando firmiter ut nunquam episcopus neque canonici cogantur dare aliquid ad muros

neque ad turres neque ad domos meas faciendas seu reficiendas sed sempre sint inde libere in perpetuum. Mando etiam ut nunquam sui homines de suis cautis de Lourosa et de Mydões et alii quo morantur in aliis suis hereditatibus cogantur ire ad Senam ad ipsum murum faciendum uel reficiendum sed concedo eis ut sempre sint inde liberi.

Et ego supradictus Alfonsus Dei gratia rex Portugaliae et comes Bolonie volens voluntati memorati aui mei in aliquo et // [Fl. 2v] maxime in elemosina contraire cartam illam quam ipse concessit episcopo et canonicis sedis Colimbriensis pro remissione peccatorum meorum et parentum meorum ratam habeo et confirmo et mando quod nullo decetero constringat homines de cautis supradictis uel de hereditatibus ire ad aliquas anuduvas sed mando quod sempre sint inde liberi et imunes. Et etiam mando quod nullus demandet de supradictis suis cautis collectas nisi secundum quod in dicta carta continetur. In cuius rey testimonium dedi dicto episcopo et capitulo Colimbriensis istam meam cartam apertam mei sigilli munimine communitam. Que fuit facta apud Colimbrie. Rege mandante per domnum Egidium Martini maiordomum curie et per cancellarium et per superiudices. xij^a. Die Septembris. Era M^a CC^a L^ax(xxx) iij^a. Dominicus Uincentii scripsit.⁷¹

⁷²§ In isto libro iacet carta canonicorum Colimbriensium de Tauaridi. // [Fl. 2v.º]

[Doc. 4]

De collecta de Maphara Vj^c paaes et xij por fogaças et sex modios de cevada et j vaca et v carnarios et est inde unum de Alferaz et ij porcicos et xlij Gallinas et vj cabritos et vj leytões et C ovos et j alqueyre de manteyga et i alqueyre de mel et ij restes de allis et duas

⁷¹ Também em ANTT, *Chancelaria de D. Afonso III*, Livro 1, fls. 11-11v; pub.: Leontina Ventura e António Resende de Oliveira, *Chancelaria de D. Afonso III. Livro I – Vol. 1*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2006, Doc. 74, pp. 74-75.

⁷² Mão diferente posto que medieva.

⁷⁰ Mão quinhentista, da Leitura Nova.



restes de cebolas et vj puçaes de vinho et j almude de vinagre et j alqueyre de sal et j alqueyre de farina et pro cera et pro pimenta j morabatinum, et pro fruta ij solidos et iij afusaes de lino et viij carregas de lenha et j quartarium de millo.

[Doc. 5]

§ Estes son os beesteyros que devem hyr a serviço del Rey assi como disserom os anadares de Santarem e de Avrantes.

Primeyramente de Avrantes xxxij beesteyros, e estes devem a viir a serviço del Rey.

De Thomar xxxij beesteyros, e estes devem a hyr a serviço del Rey per sa custa da hordim, e deve lhis a dar a hordem antre quatro beesteyros hũa besta pera levar seu arnês.

De Poombal xij beesteyros, e devem a hyr a serviço del Rey per sa custa da hordim.

De Tores Novas xxj beesteyro.

De Ourem xxj beesteyro.

De Porto de Moos x beesteyros.

De Leyrea x(xxxx) beesteyros.

De Penela vj beesteyros.

De Miranda iij beesteyros.

De Aroucy xij beesteyros.

De Coymbra xxxj beesteyro.

De Montemoor o Velho deve a aver xxj beesteyro.

De Alcanydi x beesteyros.

De Santarem soyam seer Lx beesteyros, e estes devem fazer serviço cum seus concelhos. E se perventura os mandar el Rey pera seu serviço, fazer lhis el Rey porem bem e mercee. // [Fl. 3]

[Doc. 6]

§ Sabede que estas sum as cousas que nos tinhamos en o Registro del Rey Dom Sancho que Dom Pedro Vermuyz que foy almoxarife desse Rey recebia en o Porto d'Atouguia desse porto pera el Rey, e no rol da recadaçom de Soeyro Paez de Sanctarem que foy almoxarife del Rey Dom Afonso padre del Rey Don Denis.

Primeyramente a dezima dos panos da coor e de frisa.

De burees.

De picotes.

De palençãos.

De panos de linho.

De bragaes.

De sirgo.

De laa.

De podena.

D'algodom.

De ferro.

De cobre.

D'aço.

D'estanho.

De chumbo.

D'alotom⁷³.

D'ouro.

De prata.

De lanças.

De ascumas.

De cuytelos.

De bacios.

De madeyra.

De escanos.

De cadeyras.

De leytos.

De cubas.

De tonees.

De arcos.

De leyvas.

De fundos.

De astas de lanças e d'azcumas.

⁷³ Entenda-se e "alatom", isto é, de latão.



D'escudos.
De gamelas.
De vasos.
De talhadores.

De graães.
De avelaas.
De nozes.
De castanhas.
De sal.
De pam.
De milho.
De centeo.

De greda.
De anil.
De pez.
De sevo.
De resiã.

De aver mourisco.
De tapedes.
De chichelos.
D'alquiees.
D'alifafes.

De lourigas e doutras armas.

De figos.
De pescados eco.
De toucinhos.

De cera.
De coyros.
De rabaçus e doutras especias.

Item achamos que levava a portagem dos baleeyros daquelas cousas que tiravam pelo porto.

Item achamos que levava o quinto dos mouros e dos cativos que entravam pelo porto pera vender.

Item renda das casas da morada que el Rey mandou fazer en o Baleãl en que moram os baleeyros que dizem que valem .L. libras. // [Fl. 3v.^o]

[Doc. 7]

Don Denis pela graça de Deus Rey de Portugal e do Algarve. A quantos esta carta virem faço saber que Dom Joham Escaz mestre da ordim da cavalaria de Sanctiago, mi disse que Cabrela e Alvaladi e Panoyas sum lugares pobres e que quando eu y era que fundavam esses logares pobres desemparados per razom das colheytas que eu y tomava. E eu querendo lhy fazer graça e mercee quito lhy as colheytas dos dictos logares com seu termho des aqui adeante. En testemunho desto dey lhy esta mha carta.

Dada en Lixböa x dias de Março. El Rey o mandou pelo Bispo de Lixböa. Affonso Perez a fez. Era de mil e trezentos e quarenta e dous anos.

[Doc.8]

⁷⁴ **Foral de Linhares, ij^c lij libras e meias.**

Don Denis pela graça de Deus rey de Portugal e do Algarve. A quantos esta carta virem faço saber que como o Concelho de Linhares ouvesse a dar a mim en cada huum ano cento e huum morabitanos d'ouro por colheyta que mi a a dar Antonio Dominguez vizinho da dicta vila e procurador avondosso do dicto Concelho per poder dũa procuraçom que ende eu vi feyta per <maão de> Fernam Perez tabelliom da dicta vila. E seelada do seelo do dicto Conselho, pidio a mim mercee por sy e por esse Concelho que porque esse Concelho nom podiam aver os dictos morabitanos d'ouro que mi dariam por cada huum morabitino L soldos de Portugal en cada huum ano pera todo sempre nos quaes morabitanos montam ij^c Lij libras meia. E eu querendo fazer mercee ao dicto Concelho outorgo e mando que mi dem as dictas ij^c Lij libras meia e a todos meus sucessores en cada huum ano pola festa de San Johanne Babtista polos sobredictos morabitanos d'ouro. E se perventura mays valerem os dictos morabitanos de ouro que cincoenta. Soldos

⁷⁴ Por mão quinhentista, da Leitura Nova.

como dicto he mando e outorgo que o dicto Concelho nom seia teudo dar a mim nem a meus sucessores may^s que as dictas ij^c Lij libras meia nem meos outros. E o sobredicto procurador ouve por firme e por estavil todalas cousas sobredictas. En testemoyno desta cousa dey ao dicto Concelho esta carta.

Dante en Trancoso vinte dias de Mayo. El Rey o mandou pelos contadores. Joham Dominguez a fez. Era de mil e trezentos e quarenta e sex anos. // [Fl. 4]⁷⁵

[Fl. 4v.^o]

[Doc. 9]

⁷⁶ § Doaçam de Tavarede a Igreja de Coimbra.

In Dei nomine. Hec est carta donationis et perpetue firmitudinis quam facio ego Sancius Dei gratia Portugalensium rex una cum uxore mea regina Domna Dulcia et filiis et filiabus meis Ecclesie Sancte Marie Colimbriensis de villa illa que uocatur Tauaredi que sita est in ripa maris. Damus igitur Ecclesie memorate villam illam scilicet quicquid nos in ipsa habemus tali conditione ut canonici Sancte Marie habeant eam iure hereditario in perpetuum pro anniuersario meo. Et mandamus similiter ut nunc maiordomus noster uel alicuius vassalli nostri habeat potestate intrandi in eam uel aliquid ibi faciendi quod sit contra uoluntatem canonicorum sed canonici eam habeant libere absque aliqua regia uel episcopale exactione. Et hoc facimus amore beate et gloriose semper uirginis Marie et spe future remuneratione. Quicumque factum nostrum ecclesie Sancte Marie integrum obseruauerit et inuiolatum sit benedictus a Deo amen. Qui uero illud infringere uoluerit sit maledictus et quicquid fecerit totum in irritum deducatur. Facta carta testamenti VI^o idus Nouembris. In Era M^a CC^a xx^a lx^a. Nos supranominati reges qui hanc cartam fieri mandauimus coram testibus subscriptis eam roboramus. Qui affuerunt Comes Domnus Menendus maiordomus curie conf. Domnus

Petrus Alfonsi conf. Domnus Johannes Fernandi prior Colimbrie conf. Petrus Menendi dapifer regis conf. Egeas Pelagii testis. Domnus Osoreus testis. Martinus Bracarensis archiepiscopus conf. Martinus Portugalensis episcopus conf. Johannes Visensis episcopus conf. Suarius Vlixbonensis episcopus conf. Pelagius Elborensis episcopus conf. Suarius Suarii testis. Julianus notarius domini regis scripsit.⁷⁷

⁷⁵ Fólio em branco.

⁷⁶ Mão quinhentista, da Leitura Nova.

⁷⁷ Outras lições, sendo que ao ato que editamos foi atribuída a classificação de D): B) ANTT, *Livro Preto da Sé de Coimbra*, fl. 33, Doc. 67; C) Biblioteca Nacional de Portugal, *Iluminados*, Nº 98, fl. 64; E) ANTT, *Cabido da Sé de Coimbra*, Documentos Régios, Maço 1, Doc. 24 (traslado de 17 de Julho de 1360); ref^a e pub.: Rui Pinto de Azevedo, Avelino de Jesus da Costa e Marcelino Rodrigues Pereira, *Documentos de D. Sancho I (1174-1211)*, Vol. I, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1979, Doc. 55, pp. 87-88.



Fontes e Bibliografia

1. Fontes manuscritas

ANTT, *Gavetas*, IX, Maço 10, Doc. 27
 ANTT, *Gavetas*, XIX, Maço 14, Nº 3
 ANTT, *Cabido da Sé de Coimbra*, Documentos Régios, Maço 1, Doc. 24
 ANTT, *Cabido da Sé de Coimbra*, 2ª incorporação, Maço 64, Doc. 2356
 ANTT, *Livro Preto da Sé de Coimbra*
 Biblioteca Nacional de Portugal, *Iluminados*, Nº 98

2. Fontes impressas

ALMEIDA, Balbina Rodrigues de, *D. Dinis. Breve estudo da sua Chancelaria. [Livro 1]. Folhas 25-86v*, Coimbra, FLUC, 1969

AZEVEDO, Rui Pinto de, COSTA, Avelino de Jesus da e PEREIRA, Marcelino Rodrigues, *Documentos de D. Sancho I (1174-1211)*, Vol. I, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1979

AZEVEDO, Rui Pinto de, *Documentos Medievais Portugueses – Documentos Régios*, Vol. I: *Documentos dos Condes Portugaleses e de D. Afonso Henriques, A. D. 1095-1185*, Tomos I e II, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1958 e 1962

BOISSELLIER, Stéphane, "Le plus ancien registre de la gestion patronale royale portugaise (Afonso III, 1258) (édition des Gavetas nº XIX, maço 14, doc. 2 et maço 15, doc. 46)", in *Media Aetas. Cadernos de Estudos Medievais*, II série, Vol. 4, 2009-2010, pp. 117-131

BOISSELLIER, Stéphane, *La construction administrative d'un royaume : registres de bénéfiques ecclésiastiques portugais (XIII-XIVe siècles)*, Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa, 2012

CARMONA, Joaquim da Silva, *Documentos da Chancelaria de D. Dinis (1287-1289). Subsídios para o estudo da época dionisina*, Coimbra, FLUC, 1968

Chancelaria de D. Afonso III. Livro I, 2 volumes, edição por Leontina Ventura, e António Resende de Oliveira, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2006

Chancelaria de D. Afonso III, Livros II e III, edição por Leontina Ventura, e António Resende de Oliveira, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011

Chancelaria de D. Dinis, Livro II, ed. Rosa Marreiros, Coimbra, CHSC e Palimage, 2012

Chancelarias Portuguesas, direção de A. H. de Oliveira Marques e de João José Alves Dias: *D. Pedro I (1357-1367)*, Lisboa, INIC-CEH/UNL, 1984; *D. Afonso IV, Vol. I (1325-1336), Vol. II (1336-1340), Vol. III (1340-1344)*, Lisboa, JNICT-CEH/UNL, 1990-1992; *D. João I, Vol. I – Tomo 1 (1384-1385), Tomo 2 (1385), Tomo 3 (1384-1388); Vol. II – Tomo 1 (1385-1392), Tomo 2 (1387-1402), Tomo 3 (1391-1407); Vol. III – Tomo 1 (1385-1410), Tomo 2, (1394-1427), Tomo 3 (1402-1418); Vol. IV – Tomo 1 (1410-1425), Tomo 2 (1393-1433)*, Lisboa, CEH/UNL, 2004-2006; *D. Duarte. Vol. I – Tomo 1 (1433-1435), Tomo 2 (1435-1438); Vol. II (Livro da Casa dos Contos), Vol. III (1433-1435)*, Lisboa, CEH/UNL, 1998-1999.

Chartularium Universitatis Portugalensis, dir. A. Moreira de Sá, Vol. 1, Lisboa, 1966

Corpus Codicum Latinorum et Portugalensium eorum qui in Archivo Municipali Portucalensi asservantur antiquissimorum - Diplomata, Chartae et Inquisitiones, 6 vols., Porto, Câmara Municipal, 1891 e seguintes

Cortes Portuguesas, direção de A. H. de Oliveira Marques e de João José Alves Dias: *Reinado de D. Afonso IV (1325-1357)*, Lisboa, INIC-CEH/UNL, 1982; *Reinado de D. Pedro I (1357-1367)*, Lisboa, INIC-CEH/UNL, 1986; *Reinado de D. Fernando I, Vol. I (1367-1380), Vol. II (1383)*, Lisboa, JNICT-CEH/UNL, 1990-1993; *Reinado de D. Duarte (Cortes de 1436 e 1438)*, CEH/UNL, Lisboa, 2004; *Reinado de D. Manuel (Cortes de 1498)*, Lisboa, CEH/UNL, 2002; *Reinado de D. Manuel I (Cortes de 1499)*, Lisboa, CEH/UNL, 2001; *Reinado de D. Manuel I (Cortes de 1502)*, Lisboa, CEH/UNL, 2001

Diplomatário da Sé de Viseu (1078-1278), edição de Leontina Ventura e João da Cunha Matos, Lisboa, Instituto de Estudos Medievais, Centro de História da Sociedade e da Cultura

da Universidade de Coimbra e Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010

FREIRE, Anselmo Braamcamp, "Inventarios e contas da casa de D. Dinis (1278-1282)", in *Arquivo Historico Portuguesa*, Vol. X, Lisboa, 1916, pp. 41-59

GODINHO, Alice Correia, *D. Dinis. Subsídios para o estudo da sua Chancelaria. [Livro 1]. Fls. 87v-167*, Coimbra, FLUC, 1969

Index Historico e Diplomatico do Cartorio de Leça, ed. José Mendes da Cunha Saraiva, Lisboa, Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, 1944

LEMOS, Laura Oliva Correia, *Aspectos do reinado de D. Dinis segundo o estudo de alguns documentos da sua Chancelaria. Livro III, F. 81v-102v*, Coimbra, FLUC, 1973

Livro Antigo de Cartas e Provisões dos Senhores Reis D. Afonso V, D. João II e D. Manuel I do Arquivo Municipal do Porto, prefácio e notas de Artur de Magalhães Basto, Porto, Câmara Municipal, s. d

Livro das Lezírias d'El-Rei Dom Dinis. Transcrição, estudo introdutório e notas de Bernardo de Sá Nogueira, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2003

Livro de Leis e Posturas, ed. Nuno Espinosa Gomes da Silva e Graça Almeida Rodrigues, Lisboa, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 1971

Livro I de Místicos de reis. Livro II dos reis D. Dinis, D. Afonso IV, D. Pedro I. Documentos para a História da Cidade de Lisboa, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1947

Livros de Reis I, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1957

MADAHIL, A. G. Rocha (ed.), *Livro Verde da Universidade de Coimbra (Cartulário do Seculo XV)*, Coimbra, Arquivo e Museu de Arte da Universidade, 1940

MADAHIL, A. G. Rocha, *Milenário de Aveiro, Colectânea de Documentos Históricas*, 2 vols., Aveiro, Câmara Municipal de Aveiro, 1959

MARREIROS, Maria Rosa Ferreira, *A administração pública em Portugal no reinado de D. Dinis através do estudo de alguns documentos da sua Chancelaria, Livro III, fls. 63-81v*, Coimbra, FLUC, 1973

NEVES, Carlos Manuel Baeta, *História florestal, aquíloca e cinegética. Coleção de documentos existentes no Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Chancelarias Reais*, 6 vols., Lisboa, Direcção Geral de Florestas, 1980-1993

PATRÍCIO, Agostinho Amado, *Estudo da Chancelaria de D. Dinis. Alguns aspectos da sua época. Livro II, Folhas 57v-109*, Coimbra, FLUC, 1972

PEREIRA, Gabriel, *Documentos Históricos da Cidade de Évora*, Lisboa, 1998 (edição anastática de 1885-1891)

PERES, Damião, *O Livro de recebimentos de 1470 da Chancelaria da Câmara*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1974

RIBEIRO, João Pedro, *Memorias para a Historia das Inquirições dos primeiros Reinados de Portugal coligidas pelos discípulos da Aula de Diplomatica do anno de 1814 para 1815 debaixo da direcção dos Lentes Proprietario e Substituto da mesma aula*, Lisboa, Impressão regia, 1815

SANTOS, João Marinho dos, *D. Dinis (1289-1291). Subsídios para o estudo da sua Chancelaria. Livro I, Fls. 252v-291v*, Coimbra, FLUC, 1972

SARAIVA, José Mendes da Cunha, *Subsídios para a História da Ordem de Malta. II Livro dos Forais, Escripturas, Doações, Privilegios e Inquirições*, vols. 1 a 3, Lisboa, Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, 1946-1948.

SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de, *Inquisitiones. Inquirições Gerais de D. Dinis. 1284*, Vol. III da *Nova Série de Portvgaliae Monvmenta Historica a Saecvlo Octavo post Christum vsque ad Qvintumdecimvm ivssv Academiae Scientiarum Olisiponensis Edita*, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 2007



SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de, *Portvgaliæ Monvmenta Historica: a Saecvlo Octavo post Christum vsque ad Qvintumdecimvm ivssv Academiae Scientiarum Olisiponensis Edita Inquisitiones — Inquirições Gerais de D. Dinis de 1288. Sentenças de 1290 e execuções de 1291. Nova Série, Volume IV/1*, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 2012

SOUSA, D. António Caetano de, *Provas da Historia Genealogica da Casa Real Portuguesa*, Tomo I, Lisboa, 1739

SOUSA, Luís Alberto da Silva, *Subsídios para o estudo da Chancelaria de D. Dinis. Livro II. Folhas 109v-141*, Coimbra, FLUC, 1969

Testamenti Ecclesiae Portugaliae (1071-1325), coord. Maria do Rosário Morujão, Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, 2010

Valdevez Medieval – Documentos. 1: 950-1299; 2: 1300-1479, org. Amélia Aguiar Andrade e Luís Krus, Arcos de Valdevez, Câmara Municipal, 200-2001

VIMARANIS Monumenta Historica a saeculo nono post Christum usque ad vicesimum, Partes I a III, Guimarães, 1929-1931

3. Bibliografia

AMARAL, Luís Carlos, “La edición de fuentes documentales en Portugal en el siglo XIX”, in *Codiphis. Catálogo de colecciones diplomáticas hispano-lusas de época medieval*, dir. José Ángel García de Cortázar, José Antonio Munina, Luis Javier Fortún, Santander, Fundación Marcelino Botin, 1999, pp. 47-58.

AZEVEDO, Rui Pinto de, “A chancelaria régia portuguesa nos séculos XII e XIII”, in *Revista da Universidade de Coimbra*, 14, 1940, pp. 31-80

AZEVEDO, Rui Pinto de, “Primórdios da chancelaria de D. Afonso Henriques”, in *Revista Portuguesa de História*, t. 1, 1967, pp. 161-166

AZEVEDO, Rui Pinto de, “O livro de registo da chancelaria de Afonso II de Portugal (1217-1221)”, in *Anuario de Estudios Medievales*, 4, 1967, pp. 35-74

BERNARDINO, Sandra Virgínia Pereira Gonçalves, *Sancius Secundus Rex Portugalensis. A chancelaria de D. Sancho II: 1223-1248*, Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2003

BOISSELLIER, Stéphane, “Les rapport entre prélèvement fiscal et mécanismes économiques: leurs représentations dans les Cortes au Portugal dans la première moitié du XIV^e siècle”, *La fiscalità nell’economia europea. Secc. XIII-XVIII. Atti XXXIX Settimana di Studi*, (Ed. Simonetta Cavaciocchi), Florença, 2008, pp. 1083-1103

COELHO, Maria Helena da Cruz e HOMEM, Armando Luís de Carvalho, *Origines et évolution du registre de la chancellerie royale portugaise (XIII^e-XV^e siècles)*, Porto, 1995

COELHO, Maria Helena da Cruz, “Os tabeliães em Portugal: perfil profissional e sócio-económico (séculos XIV e XV)”, in *Historia. Instituciones. Documentos*, 23, 1996, pp. 173-211

COSTA, Avelino de Jesus da, *Normas Gerais de Transcrição e de Publicação de Documentos Medievais e Modernos*, 3.^a ed., Coimbra, Instituto de Paleografia e Diplomática da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1993

COSTA, Avelino de Jesus da, “A chancelaria real portuguesa e os seus registos, de 1217 a 1438”, in *Revista da Faculdade de Letras* [Porto], II série, XIII, 1996, pp. 71-101

CUNHA, Maria Cristina Almeida e, “Tabeliães bracarenses no século XIII”, in *IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga: Congresso internacional. Actas*, 1990, vol. II/1, pp. 249-265

CUNHA, Maria Cristina Almeida e, *A Chancelaria do Arcebispado de Braga (1071-1245)*, Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1998

DURAND, Robert, “Réflexions sur la féodalité au Portugal (X^e-XIII^e siècles). À propos d’un livre

récent”, in *Revista Portuguesa de História*, t. 21, 1984, pp. 1-12

FIGUEIREDO, José Anastácio de Figueiredo, *Synopsis Chronologica de Subsídios, ainda os mais raros, para a História e Estudo Crítico da Legislação Portuguesa*. Vol. 1. Desde 1143 até 1549, Lisboa, Academia Real das Ciências, 1790

FREITAS, Judite de, *“Teemos por bem e mandamos”. A Burocracia Régia e os seus oficiais em meados de Quatrocentos (1439-1460)*, 2 vols., Cascais, Patrimonia, 2001

FRESCO, João Paulo Oliveira, *O tabelião lisboeta Afonso Guterres: reconstituição e análise diplomática da sua actividade de escrituração (1400-1441)*, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2006

GARCIA, Maria Leonor Dias Antunes Barata, *O tabelionato escalabitano na transição do século XIV para o século XV: estudo diplomático*, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2011

GOMES, Saul A., *Documentos Medievais de Santa Cruz de Coimbra. I – Arquivo Nacional da Torre do Tombo*, separata de *Estudos Medievais*, Porto, Centro de Estudos Humanísticos – Secretaria de Estado da Cultura – Delegação Regional do Norte, 1988, pp. 73-130

GOMES, Saul A., “Relações entre Santa Cruz de Coimbra e Santa Maria de Alcobaça ao longo da Idade Média. Aspectos globais e particulares”, in *IX Centenário do Nascimento de S. Bernardo, Encontros de Alcobaça e Simpósio de Lisboa*, Actas, Braga, Universidade Católica Portuguesa e Câmara Municipal de Alcobaça, 1991, pp. 257-303

GOMES, Saul A., “O notariado medieval português. Algumas notas de investigação”, in *Humanitas*, LII, 2000, pp. 467-476

GOMES, Saul A., “*Fida Memoriae Custos Est Scriptura*”. As “Arengas de Memória” na Documentação Régia Portuguesa nos Séculos XII e XIII”, in *Revista de História das Ideias*, Vol. 22, 2001, pp. 9-49

GOMES, Saul A., “Testemunhos de formulários régios medievais portugueses”, in *Os Reinos Ibéricos na Idade Média. Livro de Homenagem ao Professor Doutor Humberto Carlos Baquero Moreno*, (Coordenação de Luís Adão Fonseca, Luís Carlos Amaral e Maria Fernanda Ferreira Santos), Vol. III, Porto, Faculdade de Letras do Porto e Livraria Civilização, 2003, pp. 1291-1299

GOMES, Saul A., “Ideologia e Representação nas Práticas das Chancelarias Concelhias Medievais Portuguesas”, in *O poder local em tempo de globalização. Uma história e um futuro. Comunicações*, coord. Fernando Taveira da Fonseca, Viseu, Centro de História da Sociedade e da Cultura e Palimage Editores, 2005, pp. 435-496

GOMES, Saul A., “Percepções em torno da história do tabelionato medieval português”, in *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, 5, 2005, pp. 81-100

GOMES, Saul A., “Chancelarias medievais portuguesas: observações acerca da sua produção documental latina e vernacular”, in *Actas do IV Congresso Internacional de Latim Medieval Hispânico (Lisboa, 12-15 de Outubro de 2005)*, Lisboa, Centro de Estudos Clássicos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2006, pp. 545-552

GOMES, Saul A., “As Metáforas da “Sapiência”: Em torno das arengas diplomáticas medievais do *Studium Generale* português”, in *Biblos*, nova série, V, 2007, pp. 89-107

GOMES, Saul A., *In limine conscriptionis. Documentos, chancelaria e cultura no Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra. Século XII a XIV*, Viseu, Palimage e CHSC, 2007

GOMES, Saul A., “Identidade e Memória na Chancelaria Real Portuguesa na Idade Média”, in *Raízes Medievais do Brasil Moderno. Actas. 2 a 5 de Novembro 2007*, coord. Margarida Garcez e José Varandas, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 2008, pp. 67-95

GOMES, Saul A., “Inquirições, confirmações e registos da chancelaria régia portuguesa: notas



para o seu estudo”, in *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, 12, 2012, pp. 147-163

GUERRA, António Joaquim Ribeiro, *Os Diplomas Privados em Portugal dos Séculos IX a XII. Gestos e atitudes de rotina dos seus autores materiais*, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2003

GUERREIRO, Maria João Peste Santos, *Por graça de Deus, Rei dos Portugueses. As intitulações régias de D. Afonso Henriques e D. Sancho I*, Lisboa, Universidade Aberta, 2010

HOMEM, Armando Luís de Carvalho, *O Desembargo Régio (1320-1433)*, Porto, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1990

HOMEM, Armando Luís de Carvalho, “*Dionisius et Alfonsus Dei gratia reges et communis utilitatis gratia legiferi*”, in *Revista da Faculdade de Letras*, II série, Vol. XI, 1994, pp. 11-110

HOMEM, Armando Luís de Carvalho, “Para uma abordagem da burocracia régia: Portugal, Séculos XIII-XV”, in *Revista Portuguesa de História*, t. XXXI, Vol. 1, 1996, pp. 225-242

HOMEM, Armando Luís de Carvalho, DUARTE, Luís Miguel e MOTA, Eugénia Pereira da, “Percurso na burocracia régia (Séculos XIII-XV)”, in *Actas do Colóquio A Memória da Nação (Lisboa, Outubro de 1987)*, Lisboa, 1991, pp. 403-423

KRUS, Luís, “O rei herdeiro dos condes: D. Dinis e a herança dos Sousas”, in *A Construção do Passado Medieval. Textos inéditos e publicados*, Lisboa, Instituto de Estudos Medievais da Universidade Nova de Lisboa, 2011, pp. 59-92

MARQUES, A. H. de Oliveira, “A População Portuguesa nos Fins do Século XIII”, in *Ensaio de História medieval Portuguesa*, Lisboa, Ed. Vega, 2ª edição, 1980, pp. 51-92

MARQUES, A. H. de Oliveira, *Guia do Estudante de História Medieval Portuguesa*, 3ª ed., Lisboa, Editorial Estampa, 1988

MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa, *A Sé de Coimbra: a Instituição e a Chancelaria (1080-1318)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2011

NEVES, João António Mendes, *A “Formosa” Chancelaria — Estudo dos originais da Chancelaria de D. Fernando (1367-1383)*, Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2003

NOGUEIRA, Bernardo de Sá, “A organização do padroado régio durante o reinado de D. Dinis - Lista das apresentações (1279-1321)”, in *Arqueologia do Estado. Comunicações*, Vol. 1, Lisboa, História & Crítica, 1988, pp. 421-445

NOGUEIRA, Bernardo de Sá, *Lourenço Eanes, tabelião de Lisboa (1301-1332). Reconstituição e análise do seu cartório*, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1988

NOGUEIRA, Bernardo de Sá, “Tabelionado e elites urbanas no Portugal ducentista (1212-1279)”, in *Elites e Redes Clientelares na Idade Média: problemas Metodológicos*, Évora, 2000, pp. 211-220

NOGUEIRA, Bernardo de Sá, “Exercício do ofício tabeliônico por clérigos no Portugal ducentista – problemas de acumulação e incompatibilidades”, in *Lusitania Sacra*, nova série, t. 13-14, 2001-2002, pp. 467-476

NOGUEIRA, Bernardo de Sá, “Apontamentos sobre os livros de registo da chancelaria de D. Dinis (1279-1325)”, in *Clio. Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa*, 16/17, 2008, pp. 181-188

NOGUEIRA, Bernardo de Sá, *Tabelionado e instrumento público em Portugal. Génese e implantação (1212-1279)*, Lisboa, INCM, 2008

PEREIRA, Isaías da Rosa, Maria Helena da Cruz Coelho e Armando Luís de Carvalho Homem, *Diplomatique royale portugaise: Alphonse IV (1325-1357)*, separata de *Diplomatique Royale du Moyen-Âge, XIII^e-XIV^e siècles, Actes du Colloque*, Porto, 1996

RÊPAS, Luís Miguel, *Quando a nobreza trajava de branco: a comunidade cisterciense de Arouca durante o abadesado de D. Luca Rodrigues (1286-1299)*, Leiria, Edições Magno, 2003

RIBEIRO, Fernanda, *O acesso à informação nos arquivos*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian - Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2003

ROLDÃO, Ana Filipa Firmino Sequeira Pinto, *Escrita e Poderes Urbanos nos Concelhos de Coimbra, Santarém e Lisboa (1179-1325)*, Dissertação de Mestrado em Paleografia e Diplomática apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2006

ROLDÃO, Ana Filipa Firmino Sequeira Pinto, *A memória da cidade. Administração urbana e práticas de escrita em Évora (1415-1536)*, Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2011

SANTOS, Maria José Azevedo, *Alguns aspectos do tabelionato de Coimbra (Séculos XIV-XV)*, separata de *Arquivo Coimbrão*, Vols. XXXIII-XXXIV, 1990-1992

SANTOS, Maria José Azevedo, *Da visigótica à carolina. A escrita em Portugal de 882 a 1172. (Aspectos técnicos e culturais)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian – JNIC, 1994

SANTOS, Maria José Azevedo Santos, "A Evolução da Língua e da Escrita", in *Portugal em Definição de Fronteiras. Do Condado Portucalense à Crise do Século XIV*, coord. Maria Helena da Cruz Coelho e Armando Luís de Carvalho Homem, Vol. III de *Nova História de Portugal*, dir. Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, Lisboa, Editorial Presença, 1996, pp. 604-634

SANTOS, Maria José Azevedo, "Remarques sur les conditions de conservation des actes et des livres au Portugal (XIII-XV siècles)", in *Scriptorium*, t. L, 1996, pp. 397-406

SANTOS, Maria José Azevedo, "A Chancelaria de D. Afonso II (1211-1223). Teorias e Práticas", in *Ler e Compreender a Escrita na Idade Média*, Lisboa, Edições Colibri e Faculdade de Letras de Coimbra, 2000, pp. 11-58

SANTOS, Maria José Azevedo, "As chancelarias das Rainhas de Portugal na Idade Média (Breves notas de investigação)", in *Os Reinos Ibéricos na Idade Média. Livro de Homenagem ao Professor Doutor Humberto Carlos Baquero Moreno*, coord. Luís Adão da Fonseca, Luís Carlos Amaral e Maria Fernanda Ferreira Santos), Vol. III, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto e Livraria Civilização, 2003, pp. 1105-1109

SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa, *A Sé de Lamego na primeira metade do século XIV (1296-1349)*, Leiria, Edições Magno, 2003

SILVA, Maria João Oliveira e, *Scriptores et notatores: a produção documental da Sé do Porto (1113-1247)*, Porto, Fio da Palavra, 2008

SILVA, Maria João Oliveira e, *A Escrita na Catedral: a chancelaria episcopal do Porto na Idade Média (Estudo Diplomático e Paleográfico)*, Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2010

SOALHEIRO, João, "Censual da Diocese de Coimbra – século XIV (ANTT: MCO, Ordem de Cristo/Convento de Tomar, liv. 264)", in *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, 6, 2006, pp. 51-90

SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de, *D. Dinis*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2005





CENTRO DE
ESTUDOS
HISTÓRICOS
UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA